

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	94
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	97
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	98
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	99
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	10.000.452.329
Preferenciais	0
Total	10.000.452.329
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	21.753.377	22.364.436	23.417.000
1.01	Ativo Circulante	749.691	615.747	556.615
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	77.324	66.174	54.403
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	77.324	66.174	54.403
1.01.03	Contas a Receber	382.927	327.611	319.729
1.01.03.01	Clientes	382.927	327.611	319.729
1.01.03.01.01	Contas a Receber	382.927	327.611	319.729
1.01.04	Estoques	68.419	63.575	59.478
1.01.04.01	Estoques	68.419	63.575	59.478
1.01.06	Tributos a Recuperar	59.059	22.948	29.889
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	59.059	22.948	29.889
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	22.432	19.213	23.025
1.01.06.01.02	Tributos Compensáveis	36.627	3.735	6.864
1.01.07	Despesas Antecipadas	37.604	39.264	43.325
1.01.07.01	Despesas Pagas Antecipadamente	37.604	39.264	43.325
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	124.358	96.175	49.791
1.01.08.03	Outros	124.358	96.175	49.791
1.01.08.03.03	Depósitos em Garantia	83.131	74.141	26.252
1.01.08.03.20	Outros ativos	41.227	22.034	23.539
1.02	Ativo Não Circulante	21.003.686	21.748.689	22.860.385
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.764.489	1.665.469	1.983.134
1.02.01.07	Tributos Diferidos	505.367	505.571	627.181
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	505.367	505.571	627.181
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	128.464	151.573	186.968
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.130.658	1.008.325	1.168.985
1.02.01.10.03	Tributos Compensáveis	6	578	1.004
1.02.01.10.04	Depósitos em Garantia	103.391	53.359	280.233
1.02.01.10.05	Dispêndios Reembolsáveis	1.025.622	954.388	887.747

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1.02.01.10.20	Outros Ativos	1.639	0	1
1.02.03	Imobilizado	19.074.788	19.907.887	20.691.509
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	18.943.133	19.743.393	20.433.510
1.02.03.01.01	Terrenos	162.869	169.809	59.218
1.02.03.01.02	Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.070.074	7.371.437	7.618.075
1.02.03.01.03	Edificações, Obras e Benfeitorias	3.794.972	3.956.797	4.099.582
1.02.03.01.04	Máquinas e Equipamentos	7.910.155	8.239.845	8.653.755
1.02.03.01.05	Móveis e Utensílios	3.073	2.587	129
1.02.03.01.06	Veículos	1.990	2.918	2.751
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	131.655	164.494	257.999
1.02.03.03.01	Terrenos	4.690	0	144.034
1.02.03.03.02	Reservatórios, Barragens e Adutoras	59.179	59.059	9.176
1.02.03.03.03	Edificações, Obras e Benfeitorias	0	47	552
1.02.03.03.04	Máquinas e Equipamentos	44.359	52.585	52.450
1.02.03.03.05	Veículos	1.385	0	703
1.02.03.03.06	Móveis e Utensílios	55	0	8.843
1.02.03.03.07	Material em Depósito	19.408	19.228	24.993
1.02.03.03.08	Outros	2.579	33.575	17.248
1.02.04	Intangível	164.409	175.333	185.742
1.02.04.01	Intangíveis	164.409	175.333	185.742
1.02.04.01.02	Direito de Concessão - Uso do Bem Público	149.903	156.282	162.661
1.02.04.01.03	Servidão Permanente	8.964	9.348	9.727
1.02.04.01.04	Softwae	4.722	9.703	13.354
1.02.04.01.05	Direito de Uso	820	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	21.753.377	22.364.436	23.417.000
2.01	Passivo Circulante	1.174.232	1.276.663	1.311.772
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.241	18.121	2.765
2.01.01.01	Obrigações Sociais	13.241	18.121	2.765
2.01.01.01.02	Salários e encargos a pagar	13.241	18.121	2.765
2.01.02	Fornecedores	521.182	506.231	202.500
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	521.182	506.231	202.500
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	521.182	506.231	202.500
2.01.03	Obrigações Fiscais	59.644	71.859	121.143
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	59.644	71.859	121.143
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições Sociais	59.644	71.859	121.143
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	284.507	169.178	700.368
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	73.428	53.259	689.586
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	73.428	53.259	689.586
2.01.04.02	Debêntures	211.079	115.919	10.782
2.01.04.02.01	Debêntures	211.079	115.919	10.782
2.01.05	Outras Obrigações	234.551	417.634	234.978
2.01.05.02	Outros	234.551	417.634	234.978
2.01.05.02.04	Cauções em Garantia	17.287	17.561	3.433
2.01.05.02.05	Adiantamentos de Clientes	97.489	286.370	126.150
2.01.05.02.06	Credores Diversos	22.262	29.212	23.938
2.01.05.02.07	Concessões a Pagar	22.875	21.985	21.229
2.01.05.02.08	Encargos Regulamentares e Setoriais	74.638	62.506	60.228
2.01.06	Provisões	61.107	93.640	50.018
2.01.06.02	Outras Provisões	61.107	93.640	50.018
2.01.06.02.04	Provisões Socioambientais	61.107	93.640	50.018
2.02	Passivo Não Circulante	17.317.993	16.894.103	16.543.767
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	15.675.160	14.795.974	14.351.964

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	10.924.960	10.219.548	10.041.365
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	10.924.960	10.219.548	10.041.365
2.02.01.02	Debêntures	4.750.200	4.576.426	4.310.599
2.02.01.02.01	Debêntures	4.750.200	4.576.426	4.310.599
2.02.02	Outras Obrigações	1.068.676	1.230.682	615.395
2.02.02.02	Outros	1.068.676	1.230.682	615.395
2.02.02.02.03	Cauções em Garantia	420.669	409.821	354.887
2.02.02.02.04	Adiantamento em Clientes	178.897	80.283	0
2.02.02.02.05	Consessões a Pagar	252.706	251.299	244.260
2.02.02.02.06	Fornecedores	161.713	409.278	0
2.02.02.02.07	Impostos e Contribuições	50.961	74.570	9.115
2.02.02.02.08	Obrigações Vinculadas à Concessão	3.730	5.431	7.133
2.02.04	Provisões	574.157	867.447	1.576.408
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	43.723	45.531	711.192
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	43.723	45.531	711.192
2.02.04.02	Outras Provisões	530.434	821.916	865.216
2.02.04.02.04	Provisões Socioambientais	191.197	264.632	346.991
2.02.04.02.05	Outras Provisões	339.237	557.284	518.225
2.03	Patrimônio Líquido	3.261.152	4.193.670	5.561.461
2.03.01	Capital Social Realizado	9.664.356	9.664.356	9.348.150
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-6.403.204	-5.470.686	-3.786.689

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.197.523	3.005.553	2.971.019
3.01.01	Receita Líquida de venda de energia	3.197.523	3.005.553	2.971.019
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.479.440	-2.660.695	-1.829.329
3.02.01	Custo com Venda de Energia Elétrica	-1.542.373	-1.486.198	-1.422.571
3.02.02	Custo de Operação	-937.067	-1.174.497	-1.085.309
3.02.03	Compartilhamento de Custos Relacionados ao Cronograma de Antecipação (Reversão Impairment)	0	0	678.551
3.03	Resultado Bruto	718.083	344.858	1.141.690
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-98.553	-194.587	-815.955
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-95.223	-194.958	-137.666
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	371	-678.289
3.04.04.01	Outras Receitas	0	371	262
3.04.04.02	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	0	0	-678.551
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.330	0	0
3.04.05.01	Outras Despesas	-3.330	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	619.530	150.271	325.735
3.06	Resultado Financeiro	-1.551.844	-1.712.658	-1.439.993
3.06.01	Receitas Financeiras	131.328	127.724	90.383
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.683.172	-1.840.382	-1.530.376
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-932.314	-1.562.387	-1.114.258
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-204	-121.610	39.020
3.08.02	Diferido	-204	-121.610	39.020
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-932.518	-1.683.997	-1.075.238
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-932.518	-1.683.997	-1.075.238
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-93,25	-174,91	-112,75

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-932.518	-1.683.997	-1.075.238
4.03	Resultado Abrangente do Período	-932.518	-1.683.997	-1.075.238

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	124.330	232.665	556.270
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.211.717	164.230	1.342.595
6.01.01.01	Prejuízo do Período Antes do IR e da CS	-932.314	-1.562.388	-1.114.258
6.01.01.04	Provisão Contingência	-1.808	-665.661	125.637
6.01.01.05	Depreciações e Amortizações	840.135	858.297	809.648
6.01.01.06	Perda com Baixa Imobilizado	17.994	12.112	27.214
6.01.01.07	Baixa Intangível	0	16	12
6.01.01.08	Juros e Variações Monetárias	1.546.460	1.521.854	1.494.342
6.01.01.09	Bônus de antecipação	-258.750	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-568.113	1.026.642	137.655
6.01.02.01	Contas a Receber	-55.316	-7.882	12.823
6.01.02.02	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	-3.219	4.715	12.323
6.01.02.03	Tributos Compensáveis	-32.320	3.556	-5.469
6.01.02.04	Despesas Pagas Antecipadamente	24.769	39.456	45.109
6.01.02.06	Fornecedores	-10.006	26.843	-346.041
6.01.02.07	Salários e Encargos a Pagar	-4.880	15.356	146
6.01.02.08	Obrigações Vinculadas à Concessão - P&D	11.796	-2.741	8.517
6.01.02.09	Impostos e Contribuições	-35.824	7.995	47.060
6.01.02.10	Adiantamento de Clientes	-90.267	240.503	126.150
6.01.02.11	Outros Passivos	-6.950	37.542	14.761
6.01.02.12	Encargos Regulamentares e Setoriais	-1.365	1.980	250
6.01.02.13	Provisões Socioambientais	-116.247	-32.121	-92
6.01.02.14	Devedores Diversos	-25.676	5.274	-8.512
6.01.02.16	Dispêndios Reembolsáveis	0	0	48.286
6.01.02.17	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-227.082	682.437	85.115
6.01.02.18	Encargos de Uso da Rede	4.474	3.729	97.229
6.01.03	Outros	-519.274	-958.207	-923.980
6.01.03.01	Pagamento de Juros e Encargos sobre Debêntures	-211.437	-98.292	-105.604

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01.03.02	Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos	-285.051	-837.928	-797.093
6.01.03.03	Pagamento de Uso do Bem Público	-22.786	-21.987	-21.283
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-73.128	62.457	2.603
6.02.01	Depósitos em Garantia	-59.022	178.985	48.843
6.02.02	Adições ao Imobilizado	-11.920	-116.337	-45.552
6.02.03	Adições ao intangível	-2.186	-191	-688
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-40.052	-283.351	-561.710
6.03.01	Pagamento de Financiamentos - Principal	-40.052	-599.557	-538.610
6.03.02	Pagamento de Debêntures - Principal	0	0	-23.100
6.03.04	Aumento do Capital do Acionista	0	316.206	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	11.150	11.771	-2.837
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	66.174	54.403	57.240
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	77.324	66.174	54.403

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.664.356	0	0	-5.470.686	0	4.193.670
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.664.356	0	0	-5.470.686	0	4.193.670
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-932.518	0	-932.518
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-932.518	0	-932.518
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	9.664.356	0	0	-6.403.204	0	3.261.152

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.348.150	0	0	-3.786.689	0	5.561.461
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.348.150	0	0	-3.786.689	0	5.561.461
5.04	Transações de Capital com os Sócios	141.486	0	0	0	0	141.486
5.04.01	Aumentos de Capital	141.486	0	0	0	0	141.486
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.683.997	0	-1.683.997
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-1.683.997	0	-1.683.997
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	174.720	0	0	0	0	174.720
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	0	174.720
5.06.04	Capital Integralizado	174.720	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	9.664.356	0	0	-5.470.686	0	4.193.670

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.348.150	0	0	-2.711.451	0	6.636.699
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.348.150	0	0	-2.711.451	0	6.636.699
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.075.238	0	-1.075.238
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.075.238	0	-1.075.238
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	9.348.150	0	0	-3.786.689	0	5.561.461

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	3.672.363	3.471.767	3.436.762
7.01.02	Outras Receitas	3.672.363	3.471.767	3.436.762
7.01.02.01	Receitas operacionais	3.672.213	3.471.396	3.436.478
7.01.02.02	Outras receitas	150	371	284
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.726.922	-2.008.173	-1.786.675
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.815.964	-1.715.998	-1.609.740
7.02.04	Outros	89.042	-292.175	-176.935
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.945.441	1.463.594	1.650.087
7.04	Retenções	-838.436	-856.595	-809.648
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.107.005	606.999	840.439
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	131.328	127.724	90.383
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.238.333	734.723	930.822
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.238.333	734.723	930.822
7.08.01	Pessoal	87.063	105.610	84.453
7.08.01.01	Remuneração Direta	63.074	83.254	62.586
7.08.01.02	Benefícios	18.248	16.864	17.194
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.741	5.492	4.673
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	416.274	522.220	398.720
7.08.02.01	Federais	209.364	305.050	182.486
7.08.02.02	Estaduais	205.796	216.963	216.008
7.08.02.03	Municipais	1.114	207	226
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.667.514	1.790.890	1.522.887
7.08.03.01	Juros	1.666.240	1.788.182	1.519.356
7.08.03.02	Aluguéis	1.274	2.708	3.531
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-932.518	-1.683.997	-1.075.238
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-932.518	-1.683.997	-1.075.238

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.****RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

SENHORES ACIONISTAS,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a administração da Santo Antônio Energia S.A. ("Companhia" ou "SAE") submete à apreciação dos acionistas e demais interessados o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A SAE, detentora da concessão da UHE Santo Antônio, que opera com sua capacidade plena desde janeiro de 2017, vem produzindo energia de fonte limpa e renovável para o sistema elétrico brasileiro, suficiente para o consumo de mais de 45 milhões de pessoas. Com capacidade instalada de 3.568 MW e 2.424 MWm de garantia física, representando 5% da capacidade de geração hidráulica do país, foi a 4ª maior geradora brasileira em 2019, com uma produção total de 16.975.823,03 MWh.

A SAE possui como acionistas grandes líderes do setor de energia que empreenderam o projeto, suportaram a sua construção, o início da operação comercial e, além de a apoiarem e a orientarem na definição da estratégia de seus negócios, a sustentaram financeiramente para fazer frente, principalmente, aos custos com o Risco Hidrológico que tem afetado significativamente a Companhia nesta fase de operação plena.

A Companhia, com o reperfilamento de sua dívida de R\$ 9,7 bilhões, concluído no final de 2018, com o BNDES e demais bancos Repassadores (Santander, Bradesco, Itaú, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste e Haitong), e uma vez adequado o fluxo de pagamento à sua capacidade de geração de caixa, iniciou a sua trajetória de sustentabilidade financeira necessária para se concentrar no foco principal dos seus negócios.

Em 2019 a Companhia focou sua atenção principalmente na busca da eficiência de seus processos corporativos e no controle efetivo dos custos e despesas operacionais e administrativas, obtendo resultados expressivos que permitiram à Companhia atingir um novo patamar de excelência, melhorando sua performance operacional e financeira.

No exercício foram idealizados e implementados importantes projetos na operação e manutenção da Usina, já com resultados contabilizados, visando a melhoria do seu

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

índice de disponibilidade que, apesar de ter atingido 96,47% em 2019, ainda não alcançou o nível necessário, merecendo toda a atenção da Companhia neste e nos próximos anos.

Paralelamente a Companhia manteve o foco e o comprometimento com os projetos socioambientais, pois a sustentabilidade é um valor que faz parte do dia a dia do seu negócio. Em benefício ao meio ambiente, ao desenvolvimento econômico e à qualidade de vida da população, a SAE já investiu mais R\$ 2 bilhões na região de Porto Velho (RO) em projetos sociais, compreendendo 28 programas desenvolvidos para mitigar eventuais impactos decorrentes da implantação da hidrelétrica. Vale ressaltar que UHE Santo Antônio foi implementada na Amazônia, com reservatório reduzido e baixo impacto ambiental, devido ao ineditismo e a alta tecnologia de suas unidades geradoras.

Em busca da excelência de seus processos e do controle efetivo de suas despesas gerenciáveis, a SAE implementou o orçamento Matricial Base Zero (OBZ), revisitando toda a sua estrutura de custos e despesas administrativas, incluindo pessoal, contratos de fornecedores e seguros, dentre outros. A implementação deste projeto trouxe para a Companhia a otimização de recursos e processos, registrando uma redução de dispêndios de 18% na comparação com ano de 2018, que se tornará permanente. A SAE registrou em 2019 um EBITDA de R\$ 1.458 milhões (margem 45,6%), representando um incremento de 45% em relação ao ano anterior, resultado de sua busca pela melhoria de performance da Usina e da implementação do OBZ.

Os resultados alcançados e as metas atingidas elevam-se de importância porque foram obtidos, não obstante ter sido um ano desafiador para o setor de energia elétrica, especialmente para as geradoras hidrelétricas em razão do cenário de restrição hídrica e deslocamento da geração hidráulica por outras fontes (térmica, eólica e solar).

A restrição hídrica e o deslocamento acima referidos ocasionaram uma exposição média da Companhia na ordem de 18,6% de sua garantia física ao PLD (Preço de Liquidação de Diferenças), com impacto direto em seu fluxo de caixa, exposição esta foi, em parte, mitigada aproveitando-se do recurso da sazonalização da garantia física. Nesta frente de atuação, para mitigação dos efeitos dessa exposição, medida pelo GSF (*Generation Scale Factor*) que situou-se em 81,4% na média, a Companhia contou com a repactuação do risco hidrológico no Ambiente Regulado, realizada em 2015, e com descontrações bilaterais e compras de energia.

Um objetivo importante para a Companhia, alcançado em 2019, foi a obtenção da Licença de Operação Definitiva da Usina Nº 1044/2011, que vincula sua operação às condições estabelecidas pela ANA (Agência Nacional de Águas), com validade até maio de 2026, viabilizando a garantia física total da Usina.

Na área de *Compliance* e Controles Internos, foram implementados novos processos, incluindo atividades de comunicação e treinamento para 100% dos Integrantes. Diversas atividades específicas foram executadas em cada um dos pilares de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

compliance, dentre as quais um trabalho extensivo na análise de riscos de *compliance* relacionados a fornecedores, com uma revisão de 100% da base de fornecedores cadastrados para prestar serviços para a Companhia.

A Companhia desenvolveu, também em 2019, um trabalho de mapeamento de riscos estratégicos e definição de matriz de riscos com um apoio de consultoria especializada, a fim de se identificar os principais pontos de atenção para a administração, que serão monitorados a partir de então através de Planos de Ação. Fruto da consolidação de sua sustentabilidade financeira obtida com o reperfilamento da dívida e com os avanços gerenciais e operacionais, a percepção de risco de crédito da Companhia melhorou, de modo que a "Fitch Ratings", em abril de 2019, expediu relatório elevando os ratings da 1ª e 3ª Emissões de Debêntures da SAE, de CC(bra) para BBB-(bra).

Os resultados alcançados em 2019 foram obtidos pelo comprometimento e engajamento de todos os integrantes da SAE, com apoio da alta administração, dos clientes, acionistas, credores e fornecedores, que contribuíram para elevar o patamar de robustez da Companhia e prepará-la para enfrentar e superar os desafios que se apresentaram e os que estão por vir.

Não obstante os avanços e esforços supra mencionados, a Companhia ainda enfrenta importantes desafios na recuperação de perdas econômicas-financeiras oriundas de questões regulatórias e que são objeto de pleitos administrativos e jurídicos. A reversão dessas perdas sofridas, juntamente com as mudanças atualmente em discussão do setor elétrico, é de fundamental importância para a sustentabilidade da Companhia.

Os muitos e novos desafios a vencer em 2020 e no longo prazo encontrarão a Companhia econômica e financeiramente mais estável, forte e experiente, portanto apta e confiante que, por meio de sua contínua evolução e com o cumprimento de sua agenda estratégica, trará benefícios aos seus acionistas, consumidores e financiadores.

A Companhia está otimista com o futuro e acredita que, no próximo ano, o Ministério de Minas e Energia, ciente dos problemas vivenciados pelas empresas, possa implementar a modernização do setor de energia elétrica, especialmente uma solução estrutural para o GSF, trazendo um novo horizonte de mais previsibilidade e estabilidade para os agentes.

Dentre as medidas, muito se espera das que podem ser implementados no curto e médio prazo por meio de ações administrativas, que visam garantir a sustentabilidade da expansão e a eficiência na alocação de custos e riscos como o aprimoramento do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia).

Com os avanços regulatórios e a consolidação do cenário de crescimento mais robusto da economia brasileira, a Companhia encerra o exercício otimista e confiante em ampliar as suas conquistas no próximo exercício.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS

A SAE é uma sociedade de propósito específico, constituída em janeiro de 2008, responsável pela implantação e exploração da Hidrelétrica Santo Antônio, localizada no Rio Madeira, em Porto Velho, Rondônia. É uma das cinco maiores obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal do Brasil.

A UHE Santo Antônio possui 50 unidades geradoras em operação comercial, com capacidade instalada de 3.568 MW e 2.424 MWm de garantia física. Destaca-se a utilização de turbinas do tipo “Bulbo” – que operam em rios de baixa queda e grande vazão de água (barragem a fio d’água). Teve sua construção iniciada no segundo semestre de 2008 e a 1ª unidade geradora entrou em operação comercial em março de 2012, nove meses antes do previsto no Contrato de Concessão (o Contrato de Concessão tem duração de 35 anos, contados a partir da data de sua assinatura, ocorrida em 13 de junho de 2008).

Em fase de geração plena, com todas as 50 unidades geradoras em operação comercial desde janeiro/2017, a UHE Santo Antônio gera energia com índices de rendimento comprovados perante o Poder Concedente e sem apresentar qualquer limitação de desempenho produzindo energia de fonte limpa e renovável suficiente para o consumo de mais de 45 milhões de brasileiros.

CONJUNTURA ECONÔMICA

O ano de 2019 demonstrou uma ligeira melhora econômica devido ao aumento do consumo das famílias com um moderado avanço no crescimento do PIB, passando de 1,1% em 2018 para 1,2% em 2019 (Relatório FOCUS, dez/19). O crescimento das vendas no comércio varejista também contribuiu para esse resultado, parcialmente explicado pelo estímulo temporário decorrente da liberação de recursos das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS. Um maior crescimento do PIB se ressentiu da retomada do nível dos investimentos privados e públicos que são ainda incipientes e vem sendo retardados pelos agentes.

A bolsa de valores do país encerrou o ano com um forte avanço, refletido pelo índice IBOVESPA com uma alta de 31,6%, maior variação anual desde 2016. Destaque até mesmo quando comparado com os mercados globais.

Em 2019 houve também a redução do risco Brasil pela CDS (Credit Default Swap – Que mede o risco de default de um país com relação a sua dívida soberana) para 98 pontos, que representa o nível mais baixo em quase 10 anos refletindo a percepção positiva dos mercados globais com relação ao Brasil.

Outro indicador que reflete a melhora da economia é a taxa básica de juros (Selic), que teve uma forte queda, de 7% a.a. no início do ano para 4,5% a.a. ao final do ano. Na mesma direção o CDI acumulado também sofreu uma redução em 2019,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

quando comparado ao mesmo período de 2018, apontando uma queda de 6,4% a.a. para 4,4% a.a.

O IPCA – índice oficial de inflação ao consumidor – apresentou aumento significativo em dezembro, devido principalmente aos impactos do choque de demanda (condicionado majoritariamente pela China) ocorrido nas proteínas de origem animais (carne bovina, frango, etc.) e ao aumento dos preços de combustíveis. Com isso, a inflação de 2019 ficou ligeiramente acima do centro da meta (4,2%), fechando o ano em 4,3% a.a., frente ao índice de 3,7% a.a. em 2018. Esse índice é utilizado pela Companhia para atualização dos preços de seus contratos de venda de energia, serviços contratados, debêntures emitidas e dos contratos de financiamento (BNDES FINEM).

SETOR ELÉTRICO E REGULAMENTAÇÃO

O ano de 2019 foi mais um ano de muitos desafios para o setor elétrico, com registros de hidrologia abaixo da média histórica e reservatórios das hidrelétricas ainda com níveis reduzidos, o que exigiu a manutenção do despacho térmico no País (desde outubro/12).

Apesar de ter ocorrido uma redução do PLD (média de R\$ 288,6/MWh em 2018 versus média de R\$ 227,1/MWh em 2019), o GSF manteve-se em patamares muito baixos (média de 81,4% em 2019). O setor ainda permanece com uma elevada inadimplência decorrente, principalmente, das liminares vigentes, que protegem alguns agentes geradores do setor elétrico dos custos do GSF, mas houve uma redução da judicialização do setor.

As usinas hidrelétricas também foram impactadas severamente pelo regime hidrológico, operando reservatórios em capacidade abaixo da média dos últimos anos, levando o Operador Nacional do Sistema (ONS) a priorizar o despacho de energia através das usinas termoeletricas, com o intuito de preservar os níveis dos reservatórios para o período seco. Outro fator que está impactando a geração das usinas hidráulicas é o despacho crescente de geração de energias intermitentes (eólicas e solares) e de reserva, fator este não caracterizado como risco hidrológico, aumentando a exposição das hidrelétricas ao Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e no Mercado de Curto Prazo (MCP) ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), implicando em grande impacto financeiro.

No ano de 2019, o custo do GSF para a Companhia foi de R\$ 1.077 milhões. Tal custo foi mitigado pelo mecanismo de transferências de alocação de risco, via o acordo de Repactuação do Risco Hidrológico, que protege a Companhia na parcela regulada (CCEAR) do Leilão Estruturante, de exposições ao GSF inferiores a 93% (Produto SP93), da parcela repactuada, ou seja, o volume de 1.552,6 MWm (ACR das 44 UGs). A SAE também está protegida na parcela regulada (CCEAR) do Leilão da Expansão, as exposições ao GSF inferiores a 100% (Produto SP100), da parcela repactuada, ou seja, o volume de 129,6 MWm (ACR das 6 UGs). A mitigação

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

proveniente da Repactuação do Risco Hidrológico para Santo Antônio foi de R\$ 413 milhões, aliviando assim os valores das liquidações na CCEE, o que traz o custo com GSF após a repactuação para R\$ 664 milhões.

Adicionalmente, a Companhia por meio de ações comerciais, descontrações bilaterais de energia da ordem de 251,7 MW médios e compra de energia para hedge hidrológico, mitigou os efeitos do GSF em R\$ 505 milhões, resultando em um custo final efetivo de R\$ 159 milhões.

COMENTÁRIO SOBRE O DESEMPENHO DA COMPANHIA

Número de Unidades Geradoras e Volume Vendido

A SAE possui 50 unidades geradoras em operação comercial, totalizando 3.568 MW de capacidade instalada, sendo considerada a 4ª maior geradora de energia do Brasil. O volume de energia vendida em 2019 foi de 21.490.272 MWh.

Receita Operacional Líquida

A receita com vendas de energia elétrica é reconhecida no resultado mensalmente, de acordo com a entrega dos volumes de energia previstos nos contratos de fornecimento e suprimento de energia. No ano de 2019, a receita operacional líquida da Companhia alcançou R\$ 3.198 milhões, representando um incremento de 6,4% quando comparado ao ano de 2018 (R\$ 3.006 milhões), esse aumento é explicado pelo ajuste dos contratos de venda pela inflação e pelo término das descontrações realizadas em 2018 (Resolução 711) de alguns contratos do Mercado Regulado (ACRs), retomando-se o faturamento dos mesmos.

A Companhia já comercializou 100% do volume da energia assegurada por meio da celebração de contratos no ACR e ACL. Do volume de garantia física do projeto original (2.218 MW médios), 70% foram vendidos no ACR até 2041 e os restantes 30% foram vendidos com prazos superiores a 12 anos (até 2027). A energia assegurada que se refere ao Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA), expansão da UHE Santo Antônio, 206,2 MW médios de garantia física, 65% foram vendidos no ACR, em contratos com prazo de 35 anos até 2046 (após o prazo da concessão) e 35% foram comercializados no ACL com prazo até 2029.

Custo com a Venda de Energia Elétrica

O custo com a venda de energia elétrica em 2019 foi de R\$ 1.542 milhões, sendo R\$ 1.037 milhões referente ao Encargo de Usos do Sistema de transmissão (EUST) e R\$ 505 milhões de custo líquido entre compras de energia menos liquidações na CCEE e créditos de PIS/COFINS, representando um incremento de 3,8% em relação ao ano de 2018 (R\$ 1.486 milhões). Esse aumento ocorreu devido à estratégia comercial de aumentar o volume de compras bilaterais a fim de mitigar a exposição

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

energética e financeira decorrente do risco hidrológico (GSF), no ambiente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Custo de Operação

O custo de operação em 2019 totalizou R\$ 937 milhões conforme tabela abaixo:

	2019	2018
	<u>De operação</u>	<u>De operação</u>
Pessoal	(70.422)	(80.713)
Material	(23.387)	(27.792)
Serviços de terceiros	(109.340)	(99.982)
Encargos	(103.076)	(100.634)
Depreciação e amortização	(833.495)	(853.736)
Outros	202.653 (*)	(11.640)
	<u>(937.067)</u>	<u>(1.174.497)</u>

(*) Inclui reversão de provisão no montante de R\$ 176 milhões, conforme descrito nas Notas Explicativas item 20. Outras Provisões das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Excluindo-se o item não recorrente referente a reversão de provisão, bem como o item depreciação e amortização, verifica-se uma redução dos custos de operação de 12,9% quando comparado ao exercício de 2018.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas em 2019 totalizaram R\$ 95 milhões, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	2019	2018
Pessoal	(30.941)	(40.530)
Fees e comissões para bancos	(3.211)	(27.651)
Amortização	(4.941)	(2.859)
Serviços de terceiros	(37.995)	(52.013)
Seguros	(11.553)	(12.834)
Outros	(6.582)	(59.071) (*)
	<u>(95.223)</u>	<u>(194.958)</u>

(*) Inclui evento não recorrente no montante de R\$ 51 milhões ocorrido em 2018.

Excluindo-se o montante não recorrente, bem como o item amortização, verifica-se uma redução das despesas gerais e administrativas (G&A) em 36,0% quando comparadas a 2018. Esse resultado é reflexo das economias proporcionadas pela

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

implantação do Orçamento Base Zero e do efetivo gerenciamento e controle orçamentário.

Receita Financeira

A receita financeira da Companhia apurada no exercício de 2019 se manteve praticamente em linha quando comparada a do ano de 2018, passando de R\$ 128 milhões para R\$ 131 milhões. Tal diferença deve-se principalmente à correção monetária (IGP-M) dos dispêndios reembolsáveis (gastos realizados pela Companhia que serão objeto de reembolso pelo Consórcio Construtor Santo Antônio (CCSA), objeto da arbitragem).

Despesa Financeira

A despesa financeira da Companhia apresentou uma redução de 8,5% quando comparada a do ano de 2018, passando de R\$ 1.840 milhões para R\$ 1.683 milhões, principalmente em razão do impacto da reversão da provisão existente de despesa financeira associada aos bônus acordados pelo deslocamento do cronograma contratual, pelo período referente às greves ilegais ocorridas no canteiro de obras durante a construção da Usina. Em função de novos desenvolvimentos do Processo Arbitral em curso e das alegações iniciais apresentadas em 2019, a Companhia contratou uma consultoria técnica especializada que, em conjunto com os Assessores Jurídicos concluíram não haver qualquer dispositivo contratual que dê embasamento à interpretação do Consórcio Construtor Santo Antônio de que teria direito aos bônus acordados por antecipação para tal período.

EBITDA

No ano de 2019, o EBITDA totalizou R\$ 1.458 milhões representando um incremento de R\$ 451 milhões, equivalente a um aumento de 45,6% em relação ao exercício de 2018, conforme demonstrado a seguir:

	MM	
Descrição	2019	2018
Lucro/(Prejuízo) do exercício	(932,5)	(1.684,0)
(+) Despesas financeiras líquidas	1.551,8	1.712,7
(+) Imposto de renda e contribuição social	0,2	121,6
(+) Depreciação e amortização ^(*)	838,4	856,5
EBITDA	1.457,9	1.006,8
Receita líquida	3.197,5	3.005,6
Margem EBITDA	45,6%	33,5%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(*) Inclui a depreciação e amortização das despesas gerais e administrativas.

Esse aumento é reflexo da redução dos custos de O&M e das despesas administrativas em razão da implantação do Orçamento Base Zero e da reavaliação das provisões da Companhia.

Prejuízo do Período

A Companhia encerrou o ano de 2019 com um prejuízo de R\$ 933 milhões, frente a um prejuízo de R\$ 1.684 milhões em 2018. A variação positiva de R\$ 751 milhões é explicada em função de (i) aumento da receita operacional líquida, (ii) redução dos custos e despesas operacionais e administrativas e (iii) da reavaliação das provisões da Companhia.

A UHE Santo Antônio foi implementada na modalidade *Project Finance*, de forma que os resultados nos primeiros anos de operação são fortemente impactados pelas despesas financeiras, que serão reduzidas com o passar dos anos, após amortização gradual dos financiamentos.

Empréstimos e Financiamentos

O saldo da dívida da SAE em 31 de dezembro de 2019 correspondia a R\$ 15.982 milhões. O detalhamento da dívida por tipo de financiamento e por forma de indexação estão demonstradas na tabela a seguir:

		R\$ MM		
Origem	Custo	Dívida Bruta 2019	Dívida Bruta 2018	Venc.
BNDES		10.477	9.712	-
BNDES Direto	TLP* + 3,9%	5.137	4.783	set-40
BNDES Repasse	TLP* + 4,7%	5.341	4.928	set-40
FNO	10% Pré-fixado**	533	562	dez-30
Debêntures		4.971	4.705	-
1ª Emissão		3.531	3.211	-
1ª Série	IPCA + 6,5%	1.802	1.639	out-37
2ª Série		1.729	1.572	jun-38
2ª Emissão	IPCA + 6,2%	477	566	dez-22
3ª Emissão		964	928	-
1ª Série	IPCA + 7,05%	275	265	abr-22
2ª Série	IPCA + 7,49%	689	663	abr-24
Total Dívida Bruta		15.982	14.979	

* TLP = IPCA + 2,98%.

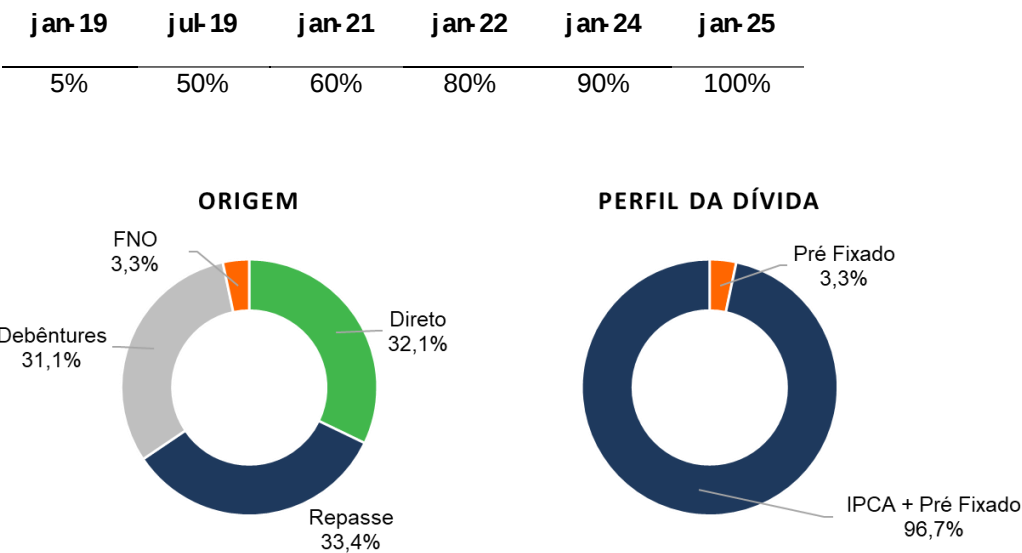
** Taxa de 10% a.a. considerando um bônus de adimplência.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A dívida líquida (dívida bruta descontada das disponibilidades da Companhia), em 31 de dezembro de 2019, correspondia a R\$ 15.905 milhões frente a R\$ 14.913 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Em 14 de dezembro de 2018, a Companhia renegociou os termos e condições da dívida do BNDES FINEM (Direto e Repasse), sendo suas principais alterações:

- Extensão do prazo da dívida de 2034 para 2040;
- Mudança dos indexadores da dívida de TJLP para TLP;
- Carência do principal que passará a ser amortizado a partir de janeiro de 2025;
- Pagamento gradual dos juros conforme tabela abaixo:



O financiamento do BNDES é a conta mais significativa do Passivo da Companhia, representando 48,2% em 2019, com um saldo de R\$ 10.477 milhões, R\$ 765 milhões maior quando comparado ao ano de 2018, cujo saldo era de R\$ 9.712 milhões. Esse aumento ocorreu devido a carência do principal da dívida (Até dez/2024) e a carência parcial dos juros, negociados no reperfilamento, conforme condições supracitadas.

A dívida com as debêntures, representa aproximadamente 22,9% do Passivo total em 2019, cujo saldo é de R\$ 4.971 milhões (incluindo os juros incorridos), contemplando as três emissões de debêntures da Companhia. A variação de 5,7% em relação ao ano de 2018, cujo saldo era de R\$ 4.705 milhões, deve-se, principalmente, aos juros incorridos do período que foram capitalizados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Companhia possui contratos de financiamentos junto ao BNDES e Escrituras de emissão de debêntures, que possuem cláusulas restritivas (*covenants financeiros e não financeiros*). Em razão dessas obrigações a SAE monitora permanentemente, principalmente os indicadores financeiros, conforme demonstrado a seguir:

- Indicador **Dívida Líquida/Patrimônio Líquido**, utilizado como métrica de alavancagem financeira. Nos termos da escritura da 1ª Emissão de Debêntures da Companhia, este indicador deve ser mantido em um valor inferior a 3,5x.

Descrição	2019	2018
Dívida Líquida / PL	4,9x	3,5x

- Indicador **Patrimônio Líquido/Ativo Total** igual ou superior a 25%, conforme os termos da Escritura da 2ª e 3ª Emissão de Debêntures.

Descrição	2019	2018
PL / Ativo Total	15,0%	18,7%

- ICSD** (índice de cobertura sobre o serviço da dívida), maior que 1,2x, constante dos contratos de financiamentos junto ao BNDES e das Escrituras de emissão das debêntures, o qual que expressa a capacidade de pagamento da dívida.

Descrição	2019	2018
ICSD	2,7x	0,66x

A Companhia atendeu a todos os covenants, com exceção dos Índices Dívida/PL e PL/Ativo Total, para os quais foram obtidos *waivers* em 13 de agosto 2018 e 14 de dezembro de 2018, respectivamente, sendo: (i) Índice Patrimônio Líquido / Ativo Total, *waiver* obtido até o encerramento do exercício de 2021; e (ii) Índice Dívida Líquida/Patrimônio Líquido, *waiver* obtido até o encerramento do exercício de 2028.

Deve-se assinalar que usinas hidrelétricas financiadas sob o formato de *Project Finance*, com elevado índice de alavancagem financeira, a exemplo da Sto. Antonio, estruturalmente apresentarem capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação. Em contrapartida, contam com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo para suportar o pagamento de suas dívidas.

Para a equalização do seu capital circulante líquido negativo a Companhia, além de contar com os contratos de venda de longo prazo, que garantem uma regularidade da sua geração operacional de caixa, conta ainda com os impactos positivos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

decorrentes do reperfilamento de sua dívida, concluída em dezembro/2018, que ajustou o fluxo de pagamento das dívidas à sua capacidade de geração de caixa.

Fornecedores

A conta de Fornecedores apresentou um saldo em 2019 de R\$ 683 milhões, representando uma redução de 25,4% em relação ao mesmo período de 2018, cujo saldo era de R\$ 916 milhões. Essa redução deu-se, principalmente, em relação à quitação do FID III e ao início do pagamento do parcelamento FID II.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido da SAE foi reduzido de R\$ 4.194 milhões em 2018 para R\$ 3.261 milhões em 2019, em face do prejuízo de R\$ 933 milhões apurado no exercício.

INVESTIMENTOS

Os investimentos no ano de 2019 totalizaram R\$ 158 milhões, principalmente direcionados à aquisição da Máquina Limpa Grades, à Revitalização da Praça (EFMM) e aos pagamentos das indenizações de Jacy Paraná e às indenizações da Ação Civil Pública "ACP" de Joana D'Arc.

A aquisição da máquina "Limpa Grades" contribuirá para aumento do índice de disponibilidade da UHE Santo Antônio. A máquina realizará a limpeza das grades das tomadas d'água das unidades geradoras retirando as plantas aquáticas e galhadas trazidas pela correnteza da água do reservatório. Este equipamento atenderá 24 unidades geradoras, melhorando a performance operacional e financeira da Companhia, elevando-a a um novo patamar de excelência.

A revitalização da Praça da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, conhecida como um dos principais pontos turísticos de Porto Velho, complexo que possui mais de 114 mil metros quadrados, o equivalente a 16 campos de futebol, é um compromisso oriundo do licenciamento da Usina, que está sendo implementado gradualmente.

As indenizações de Jacy Paraná e a da ACP de Joana D'Arc compreendem desembolsos fundiários com aquisição de terras e realocação de propriedades, que também remontam à compromissos assumidos quando do licenciamento da Usina, mas que foram retardados em face da judicialização promovida pelos proprietários.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nos termos do Estatuto Social da SAE, o Conselho de Administração é composto atualmente por 11 membros efetivos, incluindo 02 conselheiros independentes, além de seus respectivos suplentes, com mandato unificado de um ano, sendo permitida

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

a reeleição. No mínimo 20% deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, e expressamente declarados como tais na ata de Assembleia Geral que os elegeu.

A Companhia possui um sistema de governança formal, com os seguintes instrumentos em vigor: Estatuto Social, Acordo de Acionistas, Código de Governança e Política de Conflito de Interesses, sendo estes três últimos documentos relativos à controladora MESA e aplicável, no que couber, à Companhia.

Além disso, possui um Regimento Interno do Conselho de Administração, no qual estão previstos 04 (quatro) Comitês de Apoio permanentes, a saber:

- **Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos**

O Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos examina, acompanha e opina sobre os assuntos econômico-financeiros da Companhia, plano de negócios, execução orçamentária, empréstimos, financiamentos, gestão da dívida, análise de riscos financeiros, fluxo de caixa, resultado empresarial, *covenants* e política de dividendos e emissão de ações e debêntures. Monitora a adequação e eficácia dos controles internos, acompanha a aplicação do modelo integrado de análise de risco nos projetos da Companhia, bem como propõe mecanismos de controle, mitigação e remediação adequados.

- **Comitê de Pessoas**

O Comitê de Pessoas examina e opina sobre assuntos referentes a gestão e desenvolvimento de recursos humanos, políticas de pessoal, política de remuneração, Programas de Participação nos Lucros, sistemas de avaliação de performance e competências, processos de nomeação e sucessão de Diretores.

- **Comitê de Estratégia, Comercialização e Regulatório**

O Comitê de Estratégia, Comercialização e Regulatório examina e opina sobre questões comerciais e regulatórias de caráter estratégico, estratégia e interação com órgãos reguladores e outros *stakeholders*, balanço energético, risco hidrológico e política de hedge da Companhia.

- **Comitê de Conformidade e Governança**

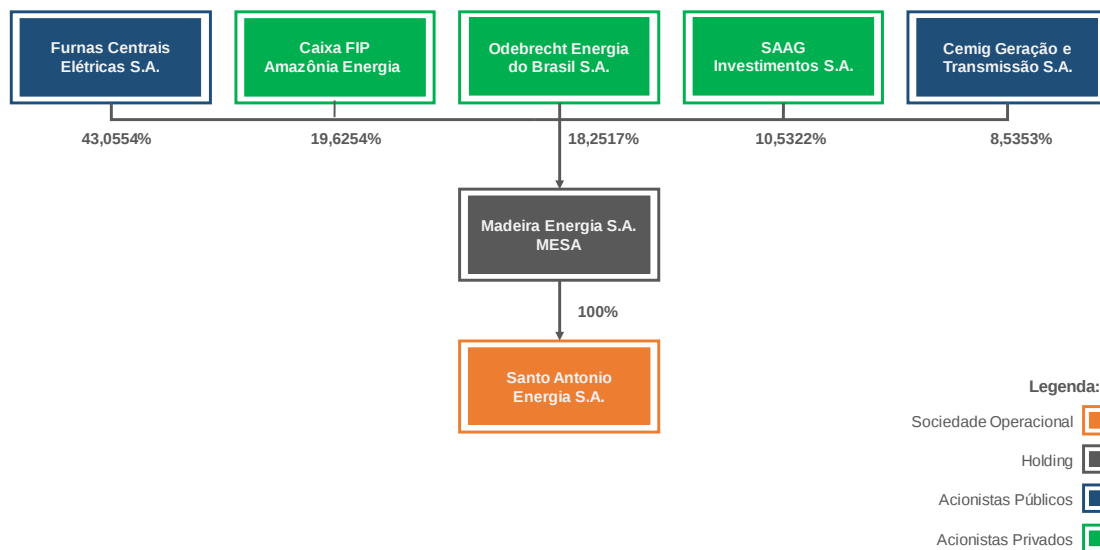
O Comitê de Conformidade e Governança analisa e opina sobre questões ligadas a conformidade legal, regulamentar e contratual, melhorias e aprimoramentos sobre o Programa de Integridade da Companhia. Acompanha, aprecia e, quando for o caso, recomenda ações sobre as denúncias apuradas. Conduz a avaliação periódica do Conselho de Administração, dos Comitês, do Presidente e do Secretário do Conselho, bem como as ações de melhoria da dinâmica de funcionamento do Conselho de Administração.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Companhia continuará a adotar todos os procedimentos necessários para o atendimento das melhores práticas de Compliance e Governança Corporativa os quais serão constantemente aperfeiçoados.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A SAE é controlada pela Madeira Energia S/A – MESA que detém 100% do seu capital total e possui a seguinte composição acionária:



COMPLIANCE

Ao longo do ano de 2019, a Companhia fortaleceu seu Programa de Compliance e atuou no sentido de reforçar a cultura de integridade e ética de todos os seus integrantes e colaboradores. Foram realizadas campanhas de comunicação, palestras e treinamentos ao longo do ano. Por meio de plataforma on-line, 100% dos integrantes da Companhia foram treinados nos tópicos de Código de Ética e Conduta.

Em referência à investigação independente conduzida pelo Conselho de Administração ao longo do 2º semestre de 2018, a totalidade das 21 recomendações de controles internos constantes no relatório final foram devidamente implementadas pela companhia no ano de 2019.

A Companhia também desenvolveu e implementou uma nova estrutura revisada de controles a saber: Política Anticorrupção e Procedimentos de Gestão Corporativos de (i) Reporte e Apuração de Denúncia, (ii) Doações e Patrocínios e (iii) Ética e Conduta para Fornecedores.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os canais de denúncia da Santo Antônio Energia foram amplamente divulgados ao longo do último ano e é possível constatar adesão por parte de integrantes e colaboradores tendo sido recebido diversos reportes com fundamento, todos tratados conforme as políticas e normas de conformidade da Companhia.

Também se destaca a revisão da base de fornecedores, que avaliou 3.305 empresas cadastradas na Companhia. Este trabalho resultou em 21 fornecedores com cadastros suspensos, 4 fornecedores com contratos ativos substituídos devido ao alto risco de Compliance. Além da revisão da base e em consonância com o Procedimento de Gestão Corporativo de Verificação de Integridade, foram realizadas 61 Due Diligence de novas contratações no ano de 2019.

No exercício de 2019 a Companhia aderiu ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, reforçando publicamente o seu compromisso com os mais altos padrões de ética no ambiente corporativo. Vale ressaltar que a SAE é a primeira empresa de Rondônia a assumir publicamente esse compromisso.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A Hidrelétrica Santo Antônio é referência em produção de energia limpa e de fonte renovável no Brasil e no mundo.

Desde a sua concepção, o projeto da Hidrelétrica Santo Antônio foi idealizado para obter o máximo aproveitamento do potencial dos recursos hídricos do rio Madeira, com o mínimo impacto socioambiental na região, cuja preservação da biodiversidade é foco permanente. Um investimento superior a R\$ 2 bilhões em sustentabilidade permitiu que 28 programas socioambientais fossem desenvolvidos para mitigar possíveis impactos decorrentes da implantação da hidrelétrica.

Diante das boas práticas e cumprimento do Plano Básico Ambiental-PBA, a SAE obteve neste ano a retificação da sua Licença de Operação nº 1044/2011, renovada em 17 de maio de 2016, com validade de 10 anos (que é o prazo máximo previsto em Lei).

Em 21/10/2019 a retificação da Licença de Operação (LO) 1044/ 2011, foi assinada pela presidência do IBAMA. A Licença foi retificada para incluir a questão da operação do reservatório na cota 71,30m para vazões de até 34.000m³/s, eliminando a necessidade da Autorização Especial, que era um ato administrativo de menor segurança jurídica.

Em fase de geração plena, com 50 turbinas em operação comercial, a hidrelétrica continua sendo um importante vetor de desenvolvimento sustentável na região. Desde o início da operação comercial, a Companhia já pagou R\$ 447 milhões em royalties – Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos (CFURH), distribuídos entre o Estado de Rondônia (25%), Município de Porto Velho (65%) e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

União (10%). Essa contribuição permanente é muito importante para o desenvolvimento da região.

GERAÇÃO DE EMPREGOS DIRETOS E INDIRETOS

A Companhia, ao final de 2019, contava com 409 integrantes, dos quais 83,1% estavam localizados em Porto Velho. O perfil educacional do seu quadro de integrantes contempla 50% com nível superior completo e 7% em formação, além de 28% com formação técnica e 15% com ensino médio.

A SAE mantém programas de treinamentos para todos os seus níveis hierárquicos, sendo que o investimento em educação, realizado em 2019, foi cerca de R\$ 1,6 milhão.

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A Companhia pretende declarar e pagar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em cada exercício social no montante de 25% do seu lucro líquido, após dedução de 5% de reserva legal, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e o seu Estatuto Social.

Em função de restrições previstas em contratos de financiamentos em que figura como devedora e nas escrituras de debêntures de sua emissão, a Companhia, somente poderá distribuir os dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, após a conclusão física e financeira do projeto. Igualmente, somente poderá distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório, após a expressa autorização do BNDES, do banco líder dos bancos repassadores de recursos do BNDES, do Banco da Amazônia e da aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas ou após a liquidação total dos financiamentos e debentures.

A Companhia foi constituída em 2008 e contabiliza prejuízos acumulados até o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Por esta razão, bem como, pelas restrições previstas nos contratos de financiamentos acima referidas, não houve pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos acionistas.

ADERÊNCIA À CAMARA DE ARBITRAGEM

De acordo com o artigo 26 do Estatuto Social da SAE, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Companhia, nas normas editadas pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A SAE adota procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes, tais como consultar os auditores independentes para assegurar que a realização da prestação desses e de outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente. Adicionalmente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, cabe ao Conselho de Administração a escolha e destituição dos auditores independentes.

Durante o exercício de 2019 foram prestados outros serviços além daqueles relacionados à auditoria das demonstrações financeiras. Os honorários desses serviços não foram significativos, representando menos de 30% do total dos honorários relacionados à auditoria externa.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em observância às disposições da Instrução CVM nº 480/09, a diretoria estatutária da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foram apresentadas ao Conselho de Administração, em reunião realizada em 20 de fevereiro de 2020, e que será oportunamente submetida à deliberação em AGOE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A SAE agradece o apoio recebido do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, clientes, acionistas, fornecedores, BNDES, bancos repassadores, debenturistas, auditores independentes, MME e demais órgãos reguladores, bem como o empenho de todos os seus integrantes que contribuíram para o desempenho da Companhia em 2019.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2020.

A Administração

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Santo Antônio Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santo Antônio Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santo Antônio Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Análise quanto a redução ao valor recuperável ("impairment") do ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos classificados pela Companhia na rubrica do imobilizado somavam o montante de R\$19.074.788 mil, conforme nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras. Tais ativos são referentes a usina hidrelétrica Santo Antônio, e considerados como uma única unidade geradora de caixa, conforme definição estabelecida pelo CPC 01 (R1)/IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

A metodologia utilizada pela Companhia para a determinação do valor recuperável desta unidade geradora de caixa foi o valor em uso, que requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas subjetivas, tais como: (i) estimativa de fluxos de caixa futuros que a Companhia espera obter com a utilização de seus ativos; (ii) estimativa dos custos necessários para geração de energia, tais como "TUST", "GSF" e "FID"; e (iii) definição da taxa de desconto apropriada a esses fluxos de caixa futuros.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria pois: (i) os montantes envolvidos foram considerados materiais para nossa auditoria; (ii) há julgamento envolvido quanto a estimativa de fluxos de caixa futuros, que contempla projeção de receitas futuras, bem como custos associados a geração de energia; e (iii), há julgamento envolvido na determinação da taxa de desconto a ser aplicada a esses fluxos de caixa futuros.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes associadas com a elaboração e revisão da análise do valor recuperável desta unidade geradora de caixa; (ii) o envolvimento de nossos especialistas em valorização para nos auxiliar na avaliação da razoabilidade do modelo de avaliação, na metodologia e na taxa de desconto utilizada; (iii) a avaliação das premissas de negócio utilizadas pela Companhia, entre elas a projeção das receitas e custos de geração de energia, e de sua razoabilidade perante informações macroeconômicas e do segmento de energia; e (iv) a avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis utilizadas no seu teste, ou seja, aquelas que tem efeito mais significativo na determinação do valor recuperável desta UGC.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para sua análise de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, bem como as divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Monitoramento de cláusulas restritivas ("covenants") financeiros e não financeiros

Conforme a nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, os contratos de financiamento da Companhia contêm cláusulas restritivas ("covenants") que, no caso de não cumprimento, concede aos credores a faculdade de declarar o vencimento antecipado dos montantes exigíveis no longo prazo. Dentre as várias cláusulas, destaca-se a ocorrência de pedido de recuperação judicial de qualquer um dos intervenientes nos respectivos contratos, o que ocorreu no segundo trimestre de 2019 com as empresas intervenientes Odebrecht Participações e Investimentos S.A. ("OPI"), Odebrecht Energia do Brasil S.A. ("OEB") e Odebrecht S.A.

O monitoramento de tais "covenants" foi considerado um dos principais assuntos de auditoria pois: (i) em virtude do endividamento da Companhia, os montantes relativos a tais contratos de empréstimo representam parte substancial do saldo do passivo circulante e do não circulante; (ii) o não cumprimento de tais "covenants" poderia resultar na declaração de vencimento antecipado de um ou mais contratos, o que poderia impactar de forma significativa a posição patrimonial, financeira e de liquidez da Companhia; e (iii) existe subjetividade na interpretação e aplicação de tais "covenants".

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relacionados com a análise periódica dos "covenants" financeiros e não financeiros; (ii) o entendimento dos termos contratuais que determinam tais "covenants", incluindo a repactuação das dívidas ocorridas em 2018; (iii) o teste matemático das premissas determinadas nos contratos para o cálculo de "covenants" financeiros, e verificação de seu respectivo cumprimento; (iv) procedimentos de confirmação externa e obtenção junto à Administração, de declaração dos credores (obtida antes da data do balanço) quanto ao não exercício desse direito nos próximos doze meses; e (v) a avaliação das divulgações sobre o tema nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os procedimentos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Investigações legais – riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 28 às demonstrações financeiras, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem suposto envolvimento de empresas que prestaram serviços à Companhia com alegações de possíveis atividades ilícitas, incluindo empresas pertencentes aos grupos econômicos de acionistas que eram membros do Consórcio Construtor Santo Antônio ("CCSA").

A Administração da Companhia contratou um escritório de advocacia forense e constituiu uma comissão de investigação independente. Ao final da investigação, o escritório de advocacia forense emitiu seu relatório em fevereiro de 2019, apresentado à Comissão de Investigação e ao Conselho de Administração, com a conclusão de que não foram identificadas evidências que corroborem as alegações preliminarmente investigadas, salvo novos desdobramentos futuros em decorrência das investigações procedidas pelo Ministério Público Federal e dos termos de colaboração firmados com as autoridades brasileiras. Adicionalmente, a Companhia contratou um escritório de advocacia com o objetivo de avaliar as eventuais implicações criminais, jurídicas e legais relativas às constatações apontadas no relatório emitido pelo escritório de advocacia forense. Em relatório emitido em julho de 2019, tal escritório de advocacia concluiu pela não existência de riscos prováveis para a Companhia.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria de 2019 em virtude dos julgamentos relevantes e das limitações inerentes, inclusive na determinação de eventual impacto da Companhia.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relacionados com a estrutura de governança existente quanto ao processo de supervisão na contratação de fornecedores; (ii) obtenção e avaliação de relatório emitido em fevereiro de 2019 por escritório de advocacia forense contratado pela Companhia para investigação de tais alegações, bem como relatório emitido em julho de 2019 por outro escritório de advocacia, com relação a eventuais implicações criminais, jurídicas e legais relativas às constatações apontadas no relatório emitido pelo escritório de advocacia forense; (iii) entendimento e acompanhamento das principais ações da Administração e dos órgãos de governança em relação a tais alegações. As interações ocorreram com o Conselho Fiscal, membros da Comissão de Investigação Independente e membros da Administração, bem como a área de "Compliance" da Companhia; (iv) acompanhamento dos desmembramentos e atualizações destas investigações, desde a emissão dos relatórios dos advogados contratados pela Companhia, conforme mencionado no item (ii); (v) procedimentos voltados para a identificação e teste documental de transações não usuais ou suspeitas; e (vi) a avaliação das divulgações sobre o tema nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, concluímos que a divulgação está consistente com as informações e representações obtidas e, dessa forma, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos*Demonstração do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 21 de fevereiro de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o "Relatório da Administração".

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o "Relatório da Administração", e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o "Relatório da Administração" e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

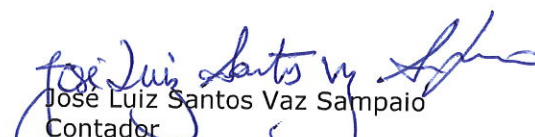
Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2020


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador
CRC nº 1 BA 015640/O-3

Notas Explicativas

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	77.324	66.174	Fornecedores	12	521.182	506.231
Contas a receber	5	382.927	327.611	Obrigações estimadas com pessoal		13.241	18.121
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		22.432	19.213	Empréstimos e financiamentos	13.1	73.428	53.259
Tributos compensáveis		36.627	3.735	Debêntures	13.2	211.079	115.919
Estoques		68.419	63.575	Impostos e contribuições	14	59.644	71.859
Depósitos em garantia	6	83.131	74.141	Adiantamentos de clientes	15	97.489	286.370
Despesas pagas antecipadamente	7	37.604	39.264	Encargos regulamentares e setoriais		74.638	62.506
Outros ativos		41.227	22.034	Concessões a pagar	16	22.875	21.985
Total do ativo circulante		749.691	615.747	Provisões socioambientais	17	61.107	93.640
				Cauções em garantia	18	17.287	17.561
NÃO CIRCULANTE				Outros passivos		22.262	29.212
Tributos compensáveis	6		578	Total do passivo circulante		1.174.232	1.276.663
Depósitos em garantia	6	103.391	53.359				
Despesas pagas antecipadamente	7	128.464	151.573	NÃO CIRCULANTE			
Dispêndios reembolsáveis	8	1.025.622	954.388	Fornecedores	12	161.713	409.278
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	505.367	505.571	Empréstimos e financiamentos	13.1	10.924.960	10.219.548
Outros ativos		1.639	-	Debêntures	13.2	4.750.200	4.576.426
Imobilizado	10	19.074.788	19.907.887	Impostos e contribuições	14	50.961	74.570
Intangível	11	164.409	175.333	Adiantamentos de clientes	15	178.897	80.283
Total do ativo não circulante		21.003.686	21.748.689	Concessões a pagar	16	252.706	251.299
				Obrigações vinculadas à concessão		3.730	5.431
				Provisões socioambientais	17	191.197	264.632
				Cauções em garantia	18	420.669	409.821
				Provisão para contingências	19	43.723	45.531
				Outras provisões	20	339.237	557.284
				Total do passivo não circulante		17.317.993	16.894.103
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21		
				Capital social		9.664.356	9.664.356
				Prejuízos acumulados		(6.403.204)	(5.470.686)
				Total do patrimônio líquido		3.261.152	4.193.670
TOTAL DO ATIVO		21.753.377	22.364.436	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		21.753.377	22.364.436

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas ExplicativasSANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23	<u>3.197.523</u>	<u>3.005.553</u>
Receita líquida de venda de energia		3.197.523	3.005.553
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	24 (a)	<u>(2.479.440)</u>	<u>(2.660.695)</u>
Custo com venda de energia elétrica		(1.542.373)	(1.486.198)
Custo de operação		(937.067)	(1.174.497)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		<u>718.083</u>	<u>344.858</u>
Despesas gerais e administrativas	24 (b)	(95.223)	(194.958)
Outras receitas		-	371
Outras despesas		<u>(3.330)</u>	<u>-</u>
RESULTADO OPERACIONAL		<u>619.530</u>	<u>150.271</u>
Receitas financeiras	25	131.328	127.724
Despesas financeiras	25	(1.683.172)	(1.840.382)
DESPESAS FINANCEIRAS, LÍQUIDAS		<u>(1.551.844)</u>	<u>(1.712.658)</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(932.314)</u>	<u>(1.562.387)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	(204)	(121.610)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(932.518)</u>	<u>(1.683.997)</u>
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações ordinárias (em reais)	22	<u>(93,25)</u>	<u>(174,91)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas ExplicativasSANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Em milhares de reais - R\$)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(932.518)	(1.683.997)
Resultado abrangente do exercício	<u>(932.518)</u>	<u>(1.683.997)</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DA CONTROLADORA	<u>(932.518)</u>	<u>(1.683.997)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas ExplicativasSANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social		Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar		
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2018		<u>9.522.870</u>	<u>(174.720)</u>	<u>(3.786.689)</u>	<u>5.561.461</u>
Prejuízo do exercício		-	-	(1.683.997)	(1.683.997)
Total de contribuições de acionista					
Aumento de capital 03.10.2018		-	85.000	-	85.000
Aumento de capital 04.10.2018		34.900	89.720	-	124.620
Aumento de capital 08.10.2018		51.388	-	-	51.388
Aumento de capital 06.12.2018		<u>55.198</u>	-	-	<u>55.198</u>
Total de contribuições de acionista		141.486	174.720	-	316.206
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	21	<u>9.664.356</u>	<u>-</u>	<u>(5.470.686)</u>	<u>4.193.670</u>
Prejuízo do exercício		-	-	(932.518)	(932.518)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	21	<u>9.664.356</u>	<u>-</u>	<u>(6.403.204)</u>	<u>3.261.152</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício antes do IR e da CS		(932.314)	(1.562.387)
Ajustes:			
Juros e variações monetárias, líquidas	25	1.546.460	1.521.854
Depreciações e amortizações	10 e 11	840.135	858.297
Baixa de imobilizado	10	17.994	12.112
Baixa Intangível	11	-	16
Provisão contingências	19	(1.808)	(665.661)
Bônus de antecipação	20	(258.751)	-
		<u>1.211.717</u>	<u>164.231</u>
Variação nos ativos e passivos:			
Contas a receber		(55.316)	(7.882)
Outros ativos		(25.676)	5.274
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(3.219)	4.715
Despesas pagas antecipadamente	7	24.769	39.456
Tributos compensáveis		(32.320)	3.556
Fornecedores	12	(10.006)	26.843
Energia elétrica comprada para revenda	12	(227.082)	682.437
Encargo de uso da rede	12	4.474	3.729
Obrigações estimadas com pessoal		(4.880)	15.356
Obrigações vinculadas à concessão - P&D		11.796	(2.741)
Impostos e contribuições		(35.824)	7.995
Adiantamento de clientes	15	(90.267)	240.503
Encargos regulamentares e setoriais		(1.365)	1.980
Outros passivos		(6.950)	37.541
Realizações socioambientais	17	(116.247)	(32.121)
		<u>643.604</u>	<u>1.190.872</u>
Pagamento de juros e encargos sobre debêntures	13.2 (b)	(211.437)	(98.292)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	13.1 (c)	(285.051)	(837.928)
Pagamento de uso do bem público	16	(22.786)	(21.987)
		<u>124.330</u>	<u>232.665</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Depósitos em garantia	6	(59.022)	178.985
Adições ao imobilizado	10	(11.920)	(116.337)
Adições ao intangível	11	(2.186)	(191)
		<u>(73.128)</u>	<u>62.457</u>
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Aumento de capital do acionista	21	-	316.206
Pagamento de financiamentos - Principal	13.1 (c)	(40.052)	(599.557)
		<u>(40.052)</u>	<u>(283.351)</u>
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
		<u>11.150</u>	<u>11.771</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDO			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	66.174	54.403
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	77.324	66.174
		<u>11.150</u>	<u>11.771</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDO			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas ExplicativasSANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2019	2018
RECEITAS		<u>3.672.363</u>	<u>3.471.768</u>
Receitas operacionais	23	3.672.213	3.471.397
Outras receitas		150	371
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		<u>(1.726.922)</u>	<u>(2.008.173)</u>
Serviços de terceiros		(1.183.889)	(1.161.862)
Materiais e custo de energia		(632.075)	(554.136)
Outros		89.042	(292.175)
VALOR ADICIONADO BRUTO		<u>1.945.441</u>	<u>1.463.595</u>
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO	24	<u>(838.436)</u>	<u>(856.595)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		<u>1.107.005</u>	<u>607.000</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras, líquidas	25	131.328	127.724
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		<u>1.238.333</u>	<u>734.724</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		<u>1.238.333</u>	<u>734.724</u>
SALÁRIOS E ENCARGOS		<u>87.063</u>	<u>105.611</u>
Remuneração direta		63.074	83.255
Benefícios		18.248	16.864
FGTS		5.741	5.492
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES		<u>416.274</u>	<u>522.220</u>
Federais		209.364	305.050
Estaduais		205.796	216.963
Municipais		1.114	207
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS		<u>1.667.514</u>	<u>1.790.890</u>
Juros		1.666.240	1.788.182
Aluguéis		1.274	2.708
REMUNERAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIO		<u>(932.518)</u>	<u>(1.683.997)</u>
Prejuízo do exercício		(932.518)	(1.683.997)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Santo Antônio Energia S.A. ("Companhia" ou "SAE") é uma sociedade anônima de capital aberto, com registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, "Categoria B", nos termos da instrução 480, constituída em 17 de janeiro de 2008, com sede no município de São Paulo, e tem por objetivo o desenvolvimento do projeto de implementação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e de seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à construção, operação, manutenção e exploração da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado.

O prazo de duração do Contrato de Concessão é de 35 anos, contados a partir da data de sua assinatura ocorrida em 13 de junho de 2008.

a) Capacidade de geração

A Usina Hidrelétrica ("UHE") Santo Antônio tem capacidade instalada de 3.568 MW, com 50 unidades geradoras do tipo "bulbo" que operam em rio de baixa queda e grande vazão de água.

Em 26 de julho de 2017, o Ministério de Minas e Energia divulgou a Portaria nº 222 de 24 de julho de 2017, reduzindo parcial e temporariamente a garantia física da ampliação da UHE Santo Antônio em 96,1 MW médios, por força da condição operativa estabelecida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, que autorizou a operação do reservatório na cota 71,3 m para vazões de até 24.000 m³/s, até que sejam desafetadas as áreas de unidades de conservação ambiental. Essa redução não afetou a energia comercializada pela Companhia.

Em 11 de abril de 2018, a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 102/2016, apresentado pelo Governo do Estado de Rondônia para liberação das áreas de 03 (três) Unidades de Conservação Estaduais. Com base neste fato, o IBAMA publicou em 30/05/2018 a Autorização Especial nº 15/2018, autorizando a Santo Antônio Energia a operar o reservatório da UHE Santo Antônio seguindo a seguinte regra operativa:

- Operação na cota 71,3m, para vazões afluentes ao reservatório de até 34.000 m³/s.
- Operação na cota 70,5m, para vazões afluentes ao reservatório acima de 34.000 m³/s.

Em razão dessa nova condição operativa, o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria nº 155 de 11 de julho de 2018, retificada em 19 de fevereiro de 2019, restabelecendo a Garantia Física da usina em 58 MW médios, totalizando então 2.386,1 MW médios.

Em 04 de dezembro de 2019, foi publicado pelo IBAMA a Licença de Operação nº 1044/2011 – 1ª Renovação – 2ª Retificação, com validade até 17/05/2026.

Em 31 de dezembro de 2019, a UHE Santo Antônio possui 50 unidades geradoras em operação comercial, totalizando 2.386,1 MW médios de garantia física (já considerada a redução acima referida).

Notas Explicativas**b) Comercialização de energia elétrica**

A energia elétrica é comercializada pela Companhia, na condição de "Produtor Independente", nos termos estabelecidos pelo Contrato de Concessão.

Em cumprimento ao edital de leilão nº 05/2007 da UHE Santo Antônio, que prevê a comercialização de 70% (1.552,6 MW médios) da energia assegurada do projeto original da UHE Santo Antônio (2.218 MW médios) no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, em 25 e 28 de julho de 2008, foram assinados, por intermédio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs, com as 32 compradoras participantes do Leilão nº 05/2007 – ANEEL.

Estruturalmente, o saldo de 30% da Garantia Física do projeto original (665,4 MW médios) foi comercializado na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre – CCEALs.

A Energia referente à ampliação da UHE Santo Antônio (206,2 MW médios) foi comercializada através do 19º leilão de energia A-3 realizado em 6 de junho de 2014, no qual a Companhia vendeu 129,6 MW médios de energia líquidos de perda, distribuídos em 28 CCEARs. Os 70 MW médios restantes foram comercializados na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre – CCEALs.

Em dezembro de 2017 a Companhia realizou descontrações no ambiente regulado pela Resolução ANEEL Nº 711/16: para o ano de 2018, foram descontratados 387,819 MW médios; para o ano de 2019, permaneceram descontratados 151,689 MW médios; para o período de 2020 a 2041, o volume descontratado é de 1,36 MW médios. Além disso, em junho e outubro de 2018, a Companhia descontratou, no ambiente livre, 150 e 50 MW médios, respectivamente, totalizando um volume de 200 MW médios descontratados. Esse volume permanecerá descontratado nos anos de 2019 e 2020, visando à proteção do risco hidrológico.

Em janeiro de 2019 ocorreu o término das descontrações (Resolução 711) de alguns contratos do Mercado Regulado (ACRs), retomando o faturamento de alguns contratos, totalizando 236 MWm.

Em setembro de 2019, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE processou a recontabilização referente à aplicação do Despacho ANEEL nº 1635/2019, que trata do ressarcimento aos geradores hidroelétricos pelo deslocamento hidráulico provocado pela Geração Termoelétrica Fora da Ordem de Mérito – GFOM, o que gerou uma redução de custo (nota explicativa nº 24 (a)) de R\$9.520 à Companhia.

Também em setembro de 2019, a CCEE processou a recontabilização referente à operacionalização do Despacho ANEEL nº 2991/2016, que trata do expurgo de parte das indisponibilidades contabilizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS no período de agosto de 2014 a abril de 2019. Essa recontabilização gerou uma redução de custo referente ao FID (Fator de Disponibilidade) (nota explicativa nº 24 (a)) para a Companhia no montante de R\$53.000.

c) Créditos de carbono

Em 2013, a Companhia obteve autorização para o registro na Organização das Nações Unidas - ONU para participar do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL. Com esta autorização a UHE Santo Antônio foi a primeira usina de grande porte em operação comercial no Brasil a gerar efetivamente créditos de carbono para o mercado global.

De acordo com a metodologia do MDL, o volume de créditos equivale à quantidade de gases de efeito estufa não emitidos na atmosfera, ampliando a oferta de energia gerada de fonte limpa e renovável.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Graças ao uso de turbinas do tipo “bulbo”, uma tecnologia inovadora com baixo impacto ambiental, que viabilizou a implementação da UHE Santo Antônio no Rio Madeira, e possui uma potência instalada/área de reservatório de 8,88 W/m², que é o dobro da eficiência energética mínima para gerar créditos de carbono (4 W/m²). As referidas turbinas possibilitaram o aproveitamento da alta vazão do rio para gerar energia, dispensando a formação de um grande reservatório.

A Companhia reconhece o crédito de carbono quando se realiza a venda.

d) Programa de “Compliance” da Companhia

No que se refere à Lei 12.846/13, desde 2017 a Companhia possui uma Área de “Compliance” e Controles Internos que estabeleceu um Programa de Integridade desenvolvendo um conjunto de mecanismos e procedimentos robustos de controles internos que tem como objetivo detectar, prevenir e responder irregularidades praticadas contra si ou contra terceiros, desta forma validando que a Companhia mantém seus registros financeiros corretos e fidedignos.

Dentre as atribuições da Área de “Compliance” e Controles Internos está a orientação e apoio às áreas internas em questões relacionadas ao seu Código de Ética e Conduta e Política Anticorrupção, bem como a promoção do adequado desenvolvimento das atividades de gerenciamento de Programa de Integridade dentro da Companhia. Desde 2018, a Companhia vem executando com sucesso atividades de treinamento, revisão e mapeamento de riscos, promovendo uma melhora contínua no Programa e nos controles, em linha com às melhores práticas do mercado.

Em 2019, além dos eventos presenciais, os colaboradores da Santo Antônio Energia receberam treinamento online em uma plataforma desenvolvida especialmente para essa finalidade. Com o objetivo de aprimorar suas práticas de governança e de integridade, a Companhia também conta com uma área de Governança Corporativa ligada à Presidência, promovendo o adequado acompanhamento de sua governança e a institucionalização de suas práticas de conduta.

e) Aprovação das Demonstrações Financeiras

As presentes Demonstrações Financeiras foram examinadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de fevereiro de 2020.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards” (IFRS)), emitidas pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”. Adicionalmente, foram considerados aspectos da legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, principalmente em relação à estruturação das contas contábeis e forma de registro dos eventos, visando à uniformização das práticas com outras companhias do setor elétrico e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

Notas Explicativas**2.2. Demonstração do valor adicionado (DVA)**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e a recuperação de valores ativos) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.3. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos no atual exercício social, estão relacionadas ao imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (nota explicativa nº09), vida útil econômica de bens do ativo imobilizado (nota explicativa nº10), Provisões socioambientais (nota explicativa nº17), Provisões para contingências (nota explicativa nº19) e Outras provisões (nota explicativa nº20).

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

2.6. Capital circulante líquido – CCL negativo

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$424.541 (R\$660.916 em 2018), decorrente, principalmente, das contas "Fornecedores" (nota explicativa nº12) onde está incluso o parcelamento do FID II, "Adiantamento de Clientes" (nota explicativa nº15), e "Debêntures" (nota explicativa nº13.2).

As hidrelétricas constituídas sob o formato de "Project Finance", estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação, pois são constituídas com elevados índices de alavancagem financeira. Em contrapartida, contam com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo como suporte e garantia de pagamento de suas dívidas. Dessa forma, para o equacionamento do capital circulante líquido negativo a Companhia, além de contar com contratos de venda de longo prazo que garantem uma regularidade da sua geração operacional de caixa, conta ainda com os impactos positivos decorrentes do reperfilamento de sua dívida contratado em 14/12/2018 (nota explicativa nº 13), que ajustou o fluxo de pagamento das suas dívidas à real capacidade de geração recorrente de caixa da Companhia, de modo que não fique dependente de aportes adicionais dos acionistas.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1. Alterações adotadas pela Companhia

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019:

a) CPC 06 (R2) /IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil":

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do IFRS 16/CPC 06 (R2). Podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

A Companhia revisou os contratos de arrendamento vigentes, auxiliado por consultoria especializada, em face da nova norma contábil de arrendamentos no IFRS 16/ CPC 06 (R2). Após referido trabalho, no exercício de 2019, a Companhia reconheceu ativos de direito de uso no montante de R\$1.589 referente ao aluguel de imóvel e adotou as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Registrado na rubrica "Intangível" (nota explicativa nº11).

Abordagem de transição

A Administração avaliou os impactos da nova norma e optou pela abordagem retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta em prejuízos acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, sendo os efeitos apresentados a partir de 01 de janeiro de 2019.

Notas Explicativas

Na transição, os passivos de arrendamento serão mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental. Os ativos de direito de uso serão mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

b) ICPC 22 / IFRIC 23– “Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro”:

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32-“Tributos sobre o Lucro”, quando houver incerteza sobre os tratamentos de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL). Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação.

A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As premissas que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza.

A Companhia adotou a interpretação a partir do início da sua vigência, em janeiro de 2019, e, a partir de então, analisa os tratamentos tributários que podem gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro e que potencialmente podem expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda.

A conclusão das análises para 2019 é de que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia tiveram alteração no que se refere a expectativa de perdas em função de eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

3.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor e que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras.

3.3. Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

3.4. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros.

O saldo dos impostos diferidos ativos é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

3.5. Patrimônio líquido

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

3.6. Reconhecimento de receita

Venda de energia elétrica

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

As receitas de fornecimento de energia à indústria são oriundas da venda de energia aos consumidores, enquanto que suprimento de energia elétrica representa as vendas destinadas aos revendedores de energia.

3.7. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de energia elétrica. O prazo médio de recebimento é de 38 dias. São, portanto, apresentadas no ativo circulante e reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado.

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD") são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras, (ii) Instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, nas não apresentam evidência objetiva de "impairment", e; (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de "impairment" em 31 de dezembro 2019.

As PECLD foram constituídas em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

Notas Explicativas

O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização.

3.8. Demonstração dos fluxos de caixa

Foi preparada pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.9. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do prejuízo do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas.

A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

3.10. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição e construção. Inclui a capitalização dos encargos de empréstimos tomados especificamente para o financiamento de projetos, líquidos das receitas financeiras auferidas com esses recursos. Inclui também: (a) adiantamentos a fornecedores para aquisição de bens que integram o imobilizado; (b) estoque de bens para aplicação no imobilizado; (c) gastos relacionados com as ações ambientais de proteção, monitoramento, reflorestamento, recuperação ou compensação dos impactos socioambientais; e (d) outros gastos realizados para concluir a obra como um todo.

A Companhia adota como depreciação o método linear e seu cálculo se iniciou quando a primeira unidade geradora entrou em operação comercial. A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos imobilizados do setor elétrico brasileiro, com revisões periódicas nas estimativas. A depreciação dos itens que fazem parte do projeto da UHE Santo Antônio está limitada ao período concessivo, pois não há previsão de indenização do valor residual desses itens ao término da concessão. Dessa forma, foram utilizadas as vidas úteis estabelecidas pela ANEEL ou o período de concessão como base para depreciação do ativo imobilizado, dos dois, o menor período.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

3.11. Redução ao valor recuperável ("impairment")**a) Ativos financeiros**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

- (i) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.
- (ii) Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado.

b) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação de "impairment", a Companhia calcula a soma dos fluxos de caixas operacionais estimados futuros descontados pela taxa de desconto média do custo de capital de terceiros e própria, e a partir deste valor compara com o valor contábil do ativo.

c) Valor recuperável dos ativos de longo prazo

Ao fim de cada exercício, ou se houver indicadores de "impairment", a Companhia verifica se há indicação de que seus ativos de longo prazo tenham sofrido alguma perda por redução ao valor recuperável ("impairment"). Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado, e o valor contábil dos bens tangíveis ou intangíveis é reduzido para refletir o valor recuperável estimado. Portanto, o montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Se houver a contabilização de perda por redução ao valor recuperável, ela é reconhecida imediatamente no resultado.

O teste de "impairment" realizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e as premissas adotadas pela Companhia para a projeção do fluxo de caixa operacional, taxa de desconto e os valores contábeis líquidos dos ativos imobilizado e intangível foram apuradas com base em fatos disponíveis na data-base de realização do teste.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não foram identificados pela Administração indicadores que pudessem requerer o registro de perdas para os ativos de longo prazo.

Notas Explicativas

A projeção do fluxo de caixa operacional contemplou as seguintes premissas: (a) todo o período remanescente da concessão; (b) balanço de energia, efeitos do GSF; (c) montantes e preços de energia contratados no ACR e no ACL; (d) custos e despesas com pessoal, materiais, serviços de terceiros, encargos setoriais, compra de energia, encargos de transmissão, tributos e outras despesas e projeção de provisões a realizar após a data-base do teste. A taxa de desconto utilizada para calcular o valor presente do fluxo de caixa operacional foi o custo médio ponderado de capital próprio e de terceiros da Companhia na data-base de realização do teste. O cálculo do WACC toma por base o custo do capital de terceiros (inclusive o impacto do benefício fiscal da dedutibilidade dessa despesa financeira) e o custo do capital próprio, este último calculado com base na metodologia "Capital Asset Pricing Model" (CAPM).

A Companhia estimou o valor recuperável de seus ativos de longo prazo com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado, pautando-se nas tendências futuras do setor elétrico, tanto a partir de fontes externas de informação como a partir de dados históricos, e também com base no resultado operacional e nas projeções da Companhia até o término da concessão com base no crescimento orgânico compatível com os dados históricos e com as perspectivas de crescimento da economia brasileira

A Companhia continua monitorando as estimativas e os riscos associados na determinação do valor recuperável de seus ativos.

3.12. Instrumentos financeiros

Considerações Gerais

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações e proteger dos efeitos de variações das flutuações das taxas de juros.

A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia.

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com o CPC 48 (IFRS 9) refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características no fluxo de caixa, determinando a suas classificações no reconhecimento inicial.

O CPC 48 (IFRS 9) simplificou o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabeleceu três categorias principais:

- (i) Custo amortizado.
- (ii) Valor justo por meio do resultado.
- (iii) Valor por meio do Outros Resultados Abrangentes (OCI), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais.

No que diz respeito ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve mudanças em relação aos critérios atuais.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros é conforme segue:

<u>Ativo/Passivo Financeiro</u>	<u>Classificação</u>
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Contas a receber	Custo amortizado
Depósitos em garantia	Valor justo por meio do resultado
Dispêndios reembolsáveis	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado
Adiantamento de clientes	Custo amortizado
Cauções em garantia	Custo amortizado

Gestão de riscos

A Companhia possui políticas e estratégias operacionais e financeiras aprovadas por sua Administração que normatizam a exposição ao risco de crédito em instrumentos financeiros de forma a garantir o valor, a liquidez, a segurança e a rentabilidade de seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida conforme definidos no Plano de negócios da Companhia e deliberações do Conselho de Administração.

Os riscos financeiros mais relevantes a serem gerenciados pela Companhia são:

(i) Risco de taxa de juros e inflação

A Companhia está exposta aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais e inflação, bem como à variação na taxa de juros dos financiamentos contratados. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui R\$15.448.596 em empréstimos, financiamentos e debêntures contratados dos quais, R\$10.477.414 (nota explicativa nº13.1) relacionados a financiamento obtido junto ao BNDES e Bancos repassadores e R\$4.971.182 (nota explicativa nº13.2) em debêntures, desconsiderando o custo de transação financeira de R\$22.368, ambos atrelados ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Adicionalmente, a Companhia assumiu, na assinatura do Contrato de Concessão nº 001/2008 de Uso do bem público para a geração de energia, a obrigação de recolher à União cujo montante total fixado na contratação em R\$379.267, em parcelas mensais proporcionais ao valor anual de R\$11.852, reajustado anualmente pelo IPCA (R\$275.581 em 31 de dezembro de 2019, nota explicativa nº16).

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção desses riscos.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito da contraparte é aquele existente em função da incapacidade da contraparte de cumprir suas obrigações financeiras com a Companhia por insolvência.

Visando gerenciar esse risco, a Companhia mantém relacionamento com instituições financeiras de primeira linha e que possuem “ratings” fornecidos por agências internacionais como “Fitch Rating, Standard & Poor’s” e “Moody’s Investor” e devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia por meio da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

Notas Explicativas

Parte dos contratos de venda de energia da Companhia está amparada em regras do ambiente de contratação regulada de energia. Adicionalmente, a Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, mediante seguro garantia e fianças bancárias.

(iii) Risco de liquidez

A Companhia monitora permanentemente os fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais. Para equalização da situação do capital circulante negativo (nota explicativa nº 2.6), a Companhia conta com geração operacional de caixa.

(iv) Risco hidrológico

A energia elétrica produzida por uma usina hidrelétrica apresenta grande variabilidade pela forte dependência do regime hidrológico. A conjuntura do sistema e os baixos níveis de armazenamento dos reservatórios, em decorrência das chuvas abaixo da média histórica e consequentemente baixas vazões, tem provocado uma diminuição significativa da energia hidráulica gerada pelo SIN (Sistema Interligado Nacional), com consequente aumento da exposição do gerador ao participar de um rateio no MRE (Mecanismo de Realocação de Energia), valorado a PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), o que gera um dispêndio com o GSF ("Generation Scaling Factor") para os geradores hidrelétricos.

Desta forma, para reduzir a exposição a esse risco, a Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico com a ANEEL, na forma da lei nº 13.203/2015, conforme Resolução Normativa nº 684/2015, para seus contratos de venda de energia no ACR – Ambiente de Comercialização Regulado, na classe de produto SP93 para o montante de repactuação de 1.552,6 MW médios da parcela referente às 44 Unidades Geradoras da UHE Santo Antônio e, em 29 de dezembro de 2017, na classe de produto SP100 para o montante de repactuação de 129,6 MW médios da parcela referente às 6 Unidades Geradoras adicionais da UHE Santo Antônio.

Adicionalmente à repactuação do risco hidrológico no ambiente dos Contratos Regulados (ACR), a Companhia em linha com a obrigação constante nos instrumentos de financiamento reperfilados em 2018, vem executando descontrações/ compras de energia para proteção da exposição ao risco hidrológico no ambiente de comercialização livre.

(v) Análise de sensibilidade

Com relação ao risco de elevação da inflação, a Companhia estima que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2020, a taxa IPCA será de 3,60% a.a., CDI de 4,50% a.a. e IGPM de 4,07% a.a. Fonte Relatório FOCUS/BACEN.

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

	Valor Contábil Em 31 de dezembro de 2019	Índices estimados	Em 31 de dezembro de 2020		
			Cenário provável	Cenário possível Aumento do risco em 25%	Cenário remoto Aumento do risco em 50%
Ativos:					
Caixa e equivalentes de caixa - CDI - (nota explicativa nº4)	77.324	4,50%	80.804	81.673	82.543
Depósitos em garantia - CDI - (nota explicativa nº6)	186.522	4,50%	194.915	197.014	199.112
Dispêndios reembolsáveis IGPM - (nota explicativa nº8)	1.025.622	4,07%	1.067.365	1.077.801	1.088.236
Passivos:					
Debêntures - IPCA - (nota explicativa nº13.2)	(4.971.182)	3,60%	(5.150.145)	(5.194.885)	(5.239.626)
Empréstimos - IPCA - (nota explicativa nº13.1)	(10.477.414)	3,60%	(10.854.601)	(10.948.898)	(11.043.194)
Concessões a pagar - IPCA - (nota explicativa nº16)	(275.581)	3,60%	(285.502)	(287.982)	(290.462)
Provisões socioambientais - IPCA (nota explicativa nº17)	(252.304)	3,60%	(261.387)	(263.658)	(265.928)
Fator de Disponibilidade - IGPM - (nota explicativa nº12)	(438.937)	4,07%	(456.802)	(461.268)	(465.734)
Outras provisões - IGPM - (nota explicativa nº20)	(339.237)	4,07%	(353.044)	(356.496)	(359.947)
Cauções em garantia - IGPM (nota explicativa nº18)	(420.669)	4,07%	(437.790)	(442.071)	(446.351)
Passivo líquido exposto	(15.885.856)		(16.456.187)	(16.598.770)	(16.741.351)
Efeito líquido das variações			(570.331)	(712.914)	(855.495)

A análise não considera o financiamento do Banco da Amazônia S.A., cujos recursos financeiros são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO. Esse financiamento possui taxa de juros fixa (nota explicativa nº13.1(b)).

Gestão de capital

Ao administrar o seu capital, a Companhia tem como objetivo salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Os índices de alavancagem financeira foram:

Descritivo	Nota	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Debêntures	13.2	4.961.279	4.692.345
Empréstimos	13.1	10.998.388	10.272.807
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	4	(77.324)	(66.174)
Depósitos em garantia	6	(186.522)	(127.500)
Dívida líquida (A)		15.695.821	14.771.478
Total do patrimônio líquido		3.261.152	4.193.670
Total do capital (B)		18.956.973	18.965.148
Índice de alavancagem financeira (C = A/B x 100)		82,80%	77,89%

3.13. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Notas Explicativas**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<u>31 de dezembro de 2019</u>	<u>31 de dezembro de 2018</u>
Fundos de caixa	7	15
Bancos conta movimento	272	3.736
Aplicações financeiras		
Certificado de depósito bancário (CDB)	46.030	27.986
Operação Compromissada	<u>31.015</u>	<u>34.437</u>
	<u>77.324</u>	<u>66.174</u>

As aplicações financeiras no ano de 2019 tiveram um rendimento médio de 93,20% da variação do CDI e possuem vencimentos médios de até 448 dias da data da sua contratação e são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa, pois todos os recursos estão aplicados com liquidez diária.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Aplicações financeiras por agente financeiro:

Agente financeiro	Tipo de aplicação	Indexador	Rating	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Banco ABC do Brasil S.A.	CDB	CDI	AAA(Fitch)/Aa2(Moody's)/AAA(S&P)	556	-
Banco ABC do Brasil S.A.	Compromissada	CDI	AAA(Fitch)/Aa2(Moody's)/AAA(S&P)	4.792	6.901
Banco da Amazônia S.A.	CDB	CDI	AA(Fitch)	3.371	3.035
Banco BTG Pactual S.A.	CDB	CDI	AA(Fitch)/Aa2(Moody's)/AA+(S&P)	15.401	-
Haitong Banco de Inv. Do Brasil	CDB	CDI	AAA(S&P)	3.633	-
Banco Daycoval S.A.	CDB	CDI	AA(Fitch)/Aa2(Moody's)/AA+(S&P)	4.549	-
Banco do Brasil S.A.	Compromissada	CDI	BB-(Fitch)/Ba2(Moody's)/BB-(S&P)	5.928	11.470
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	CDB	CDI	AA(Fitch)/Aa2(Moody's)/AAA(S&P)	3.153	3.001
Banco Itaú	Compromissada	CDI	AAA(Fitch)/Aa1(Moody's)/AAA(S&P)	-	13.783
Banco Votorantim S.A.	CDB	CDI	Aa3(Moody's)/AAA(S&P)	8.093	-
Banco Votorantim S.A.	Compromissada	CDI	Aa3(Moody's)/AAA(S&P)	10.291	13.753
Banco Safra	Compromissada	CDI	Aa1(Moody's)/AAA(S&P)	10.004	-
Caixa Econômica Federal	CDB	CDI	AA(Fitch)/Aa1(Moody's)/AAA(S&P)	7.274	10.480
Outros				279	3.751
				<u>77.324</u>	<u>66.174</u>

Notas Explicativas**5. CONTAS A RECEBER**

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Consumidores - Fornecimento industrial	60.767	47.463
Concessionárias - Suprimento convencional	<u>322.160</u>	<u>280.148</u>
	<u>382.927</u>	<u>327.611</u>

Contas a receber "Consumidores – Fornecimento industrial": referem-se a créditos existentes com consumidores de energia.

Contas a receber "Concessionárias – Suprimento convencional": referem-se a créditos existentes com revendedores de energia.

Em 2019 é possível observar aumento na rubrica "Contas a receber", decorrente do término das descontrações (nota explicativa nº1(b)) previstas na Resolução nº 711 de alguns contratos do Mercado Regulado (ACRs).

6. DEPÓSITOS EM GARANTIA

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Circulante:		
Reserva do serviço de debêntures - 2ª emissão (i)	-	1.795
Reserva do serviço de debêntures - 3ª emissão (i)	26.092	11.177
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE (ii)	48.965	46.950
Reserva Fianças (iii)	5.121	14.219
Outras cauções (iv)	2.953	-
	<u>83.131</u>	<u>74.141</u>
Não circulante:		
Reserva do serviço da dívida 1 - BNDES direto/indireto/FNO (v)	19.190	18.350
Reserva estática de debêntures - 3ª emissão (vi)	72.198	23.525
Reserva de O&M (vii)	<u>12.003</u>	<u>11.484</u>
	<u>103.391</u>	<u>53.359</u>
	<u>186.522</u>	<u>127.500</u>

O saldo de depósitos em garantia está composto por montante para fazer face:

- (i) Ao pagamento de juros e principal da 2ª e 3ª emissão de debêntures, compostos nos seis meses anteriores da prestação vincenda. No caso da 3ª emissão o saldo equivale 2/6 (dois sextos) do saldo integral mínimo do serviço das debêntures cujo pagamento ocorrerá em 15 de abril de 2020.
- (ii) Ao aporte em garantia para liquidação na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). No quarto trimestre de 2019, a Companhia encontra-se credora junto a Câmara de comercialização de energia elétrica – CCEE.
- (iii) A caução para fianças bancárias.
- (iv) Carta de crédito emitida para pagamento de importação.
- (v) Ao saldo correspondente ao montante equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida dos financiamentos FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte) e BNDES FINEM (direto e indireto).

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

O montante apresentado se refere ao preenchimento da conta reserva do financiamento FNO, pois em razão do reperfilamento da dívida e condições negociadas, a Companhia está desobrigada a compor a conta reserva do serviço da dívida do BNDES FINEM que deverá ser composta em 24 parcelas mensais e consecutivas a partir de 15/01/2023.

- (vi) A composição da Conta Reserva Estática da 3ª emissão de debêntures, preenchida integralmente com o saldo da prestação vincendo em abril/2020 de juros e principal.
- (vii) A Conta Reserva de O&M (Operação e Manutenção), que deverá permanecer composta durante toda vigência do Contrato de Cessão Fiduciária.

7. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Circulante:		
Seguros	9.320	10.981
Repactuação GSF (i)	28.284	28.283
	<u>37.604</u>	<u>39.264</u>
Não circulante:		
Seguros	5.903	728
Repactuação GSF (i)	122.561	150.845
	<u>128.464</u>	<u>151.573</u>
	<u>166.068</u>	<u>190.837</u>

- (i) Conforme Resolução Normativa nº 684/2015, para reduzir a exposição ao risco do GSF ("Generation Scaling Factor"), a Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico com a ANEEL para seus contratos de venda de energia no ACR – Ambiente de Comercialização Regulado, na forma da Lei nº 13.203/2015, na classe de produto SP93, com prêmio de risco associado de R\$3,25 por MWh para o montante de repactuação de 1.552,6 MW médios da parcela referente às 44 Unidades Geradoras da UHE Santo Antônio e, em 29 de dezembro de 2017, na classe de produto SP100 para o montante de repactuação de 129,6 MW médios da parcela referente às 6 Unidades Geradoras adicionais da UHE Santo Antônio.

Parte do GSF repactuado recuperado no exercício de 2015 foi reconhecido, após seu pagamento, como prêmio de seguro no Ativo e estão sendo amortizados pelo período de 10 anos e 4 meses, com início a partir de janeiro de 2015 e encerramento em abril de 2025.

7.1. Seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros estabelecidos em política corporativa e conta com o apoio de seus consultores, corretores e seguradoras parceiras nacionais e internacionais de primeira linha, para assegurar a contratação, a preço certo, das coberturas adequadas a cada contrato ou empreendimento, em montantes suficientes para fazer face à indenização de eventuais sinistros e cumprimento de determinações contratuais.

Em 31 de dezembro de 2019, o montante de cobertura de seguros da Companhia é considerado suficiente para fazer face a eventuais sinistros e garantir a operação da UHE Santo Antônio.

Notas Explicativas

Modalidade	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (IS) / Valor em Risco (VR)	Prêmio
Responsabilidade Civil - Operações - Concessionárias de Energia	Danos a terceiros devido operações da UHE	22.10.2019 a 22.04.2021	200.000	4.000
Responsabilidade Civil - Diretores e Administradores (D&O)	RC atribuída aos Diretores e Administradores Danos Materiais: máquinas, móveis e utensílios que constituem parte integrante do estabelecimento	14.07.2019 a 14.07.2020	100.000	430
Riscos Operacionais	segurado, conforme especificado na apólice.	22.10.2019 a 22.10.2021	800.000/ 7.835.750	12.483

Importância Segurada (IS): limite de responsabilidade da seguradora.

Valor em Risco (VR): valor do bem, ou conjunto de bens segurados.

8. DISPÊNDIOS REEMBOLSÁVEIS

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Não circulante:		
Consórcio Construtor Santo Antônio (i)	70.125	65.351
Consórcio Construtor Santo Antônio (ii)	1.634.048	1.567.588
(-) Perda para Crédito de Liquidação Duvidosa (ii)	(678.551)	(678.551)
	<u>1.025.622</u>	<u>954.388</u>

Tratam-se de desembolsos que não representam gastos da Companhia e que serão objeto de reembolso pelo Consórcio Construtor Santo Antônio ("CCSA"). Os gastos realizados pela Companhia, que possuem previsão contratual de reembolso, são inicialmente registrados no resultado ou no ativo imobilizado da SAE, conforme sua natureza, e, separadamente, a crédito de redução desse gasto, a Companhia apropria as parcelas reembolsáveis em contrapartida a "Dispêndios reembolsáveis". Os reembolsos são registrados pelo valor do custo reembolsável incorrido e atualizados conforme previsão de cada contrato.

- (i) Conforme o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, celebrado em 01 de dezembro de 2008, que estabeleceu a primeira antecipação da entrada em operação comercial da Usina e de acordo com o Contrato para Implantação da UHE Santo Antônio celebrado entre a Companhia e o CCSA, a Companhia deve repassar ao CCSA o custo pela compra de volume de energia, ao preço da tarifa de energia resultante do leilão da UHE Santo Antônio (R\$78,87/MWh), tendo em vista o não cumprimento do cronograma de entrada em operação comercial das unidades geradoras previsto no cronograma do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. O saldo é atualizado monetariamente pelo IGP-M.
- (ii) Em novembro de 2010, durante a fase de construção da Usina, o CCSA apresentou para a Companhia novo cronograma de entrada em operação comercial, antecipando, pela segunda vez, o início de entrada em operação comercial das unidades geradoras da UHE Santo Antônio, de 01 de maio de 2012 para 15 de dezembro de 2011, estabelecendo "bônus" pelo resultado líquido que seria auferido em razão da antecipação, no valor máximo de R\$122,00 por MWh, conforme 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. No entanto, o cronograma de entrada em operação comercial das unidades geradoras não foi plenamente cumprido, gerando para a Companhia custos de recomposição de lastro referente à energia não gerada em razão do descumprimento da antecipação contratada. Tais custos suscitaram o direito de ressarcimento da Companhia junto ao CCSA cujo valor, referido a 31 de dezembro de 2019, atualizado monetariamente pelo IGP-M, monta a R\$1.634.048.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Durante o exercício de 2014, o CCSA requereu que, no cálculo dos custos de recomposição de lastro da energia não gerada em razão do descumprimento da antecipação, fosse utilizado o limitador de R\$122,00 por MWh, referido à data-base do contrato assinado entre as partes. A Administração da Companhia efetuou análises do pleito, incluindo aspectos legais, e alterou sua estimativa quanto ao valor de realização do ativo. Assim, sobre o valor total do dispêndio reembolsável que naquela data era de R\$1.383.211, registrou um "impairment" no valor de R\$678.551, resultando num valor esperado de recebimento de R\$704.660 em 31 de dezembro de 2014.

A SAAG Investimentos S.A. e a CEMIG Geração e Transmissão S.A., acionistas da Controladora da Companhia, requereram, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado ("CAM"), instauração de procedimento arbitral em face da Madeira Energia S.A. - MESA - CAM 63/15, em razão da constituição do "impairment", o qual foi julgado em 7 de junho de 2017, deferindo os pedidos dos requerentes e determinando a reversão do "impairment" citado acima. A sentença arbitral foi tempestivamente cumprida pela MESA e sua subsidiária integral, com a respectiva reversão do "impairment" no balancete contábil encerrado em julho de 2017, período abrangido pelas informações trimestrais de 30 de setembro de 2017.

Para dirimir a questão da responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a Companhia requereu, perante a "International Chamber of Commerce - ICC", a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC.

Neste contexto e tendo presente o que determina o Pronunciamento Técnico CPC 38 (Atual CPC 48 - "Instrumentos Financeiros"), nas informações referentes ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2017, foi registrada Perda para Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD, no valor de R\$ 678.551, nas Demonstrações Financeiras, tendo em vista a expectativa da Companhia com relação a recuperação destes ativos.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia confirma sua expectativa com relação a recuperação destes ativos, mantendo a Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD no valor de R\$678.551.

A Companhia orienta que a leitura dessa nota explicativa seja feita em conjunto com as notas explicativas nº 18 e nº 20.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**a) Composição**

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") registrados no exercício são apurados em bases correntes e diferidas. Esses tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço e são reconhecidos na demonstração do resultado. Os cálculos do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido diferidos são feitos utilizando-se, respectivamente, as alíquotas de 25% e de 9%.

O valor total de imposto diferido ativo reconhecido nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é como segue:

Notas Explicativas

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Saldo no início do exercício	505.571	627.181
Movimentação		
Diferenças Temporárias- Provisão FID	-	12.837
Amortização - Custos de transação de emissão de debêntures	2.614	2.614
Amortização - Custos de transação de empréstimos e financiamentos	-	24.990
Amortização do Uso do bem público	(1.499)	(1.499)
Amortização de Terrenos	(74)	(74)
Amortização de Servidões	(2)	(2)
Amortização de Despesas Pré-Operacionais - Efetuada de acordo com a entrada em operação das turbinas, sendo amortizado 1/44 avos por mês/turbina	(1.643)	(2.964)
Realização da Diferença Temporária-Provisão FID	-	(393.578)
	<u>(604)</u>	<u>(357.676)</u>
IRPJ - 25%	(150)	(89.419)
CSLL - 9%	(54)	(32.191)
Encargos fiscais	(204)	(121.610)
Saldo no final do exercício	<u>505.367</u>	<u>505.571</u>

b) Realização do IRPJ e CSLL

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Esse plano é elaborado pela Diretoria, que utiliza como principais variáveis, os contratos de venda de energia firmados com seus clientes, custos e despesas operacionais pautados em critérios definidos pelos órgãos reguladores, atualização das dívidas com base em índices preestabelecidos (destacando-se o IPCA).

	Em 31 de dezembro de 2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023
Ativo:						
Prejuízos Fiscais (IR) e base negativa (CS) (i)	264.705	-	-	-	-	264.705
Provisões Temporárias- PECLD (ii)	230.707	-	230.707	-	-	-
Amortização de Despesas Pré- Operacionais (iii)	463	378	85	-	-	-
Amortização de Terrenos e Servidões (iv)	625	26	26	26	26	521
Direito de Outorga-UBP (iv)	<u>12.234</u>	<u>510</u>	<u>510</u>	<u>510</u>	<u>510</u>	<u>10.194</u>
	<u>508.734</u>	<u>914</u>	<u>231.328</u>	<u>536</u>	<u>536</u>	<u>275.420</u>
Passivo-						
Custos de transação - emissão de debêntures (iv)	<u>3.367</u>	<u>889</u>	<u>888</u>	<u>888</u>	<u>702</u>	-
	<u>3.367</u>	<u>889</u>	<u>888</u>	<u>888</u>	<u>702</u>	-
Líquido	<u>505.367</u>	<u>25</u>	<u>230.440</u>	<u>(352)</u>	<u>(166)</u>	<u>275.420</u>

O IRPJ e a CSLL diferidos são reconhecidos conforme descrito abaixo:

- (i) Prejuízo Fiscal e Base Negativa da Contribuição Social. A Companhia reconheceu em 2015, crédito tributário de R\$264.705, calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas acumulados até 31 de dezembro de 2014.
- (ii) A diferença temporária está relacionada à Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (nota explicativa nº8), que corresponde a uma diferença entre a base fiscal e o valor contábil pelo qual esse evento está registrado nas Demonstrações Financeiras.
- (iii) Despesas contábeis temporariamente não tributáveis.
- (iv) Despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Em 06 de dezembro de 2018 a Companhia obteve junto à SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) o Laudo Constitutivo nº 115/2018, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos, para o reconhecimento do direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2018.

O pedido de reconhecimento do incentivo correspondente ao Laudo Constitutivo mencionado foi protocolizado na Receita Federal do Brasil (RFB) em 28/12/2018. Em 29/04/2019, expirou o prazo de 120 dias para que a Receita Federal do Brasil notificasse a Companhia de decisão contrária ao pedido efetuado. Dessa forma, após expirado o prazo da RFB, a Companhia, para fins legais, encontra-se em pleno gozo da redução para o período de fruição do incentivo.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social no montante de R\$6.056.126, que de acordo com a legislação tributária brasileira, serão bases para créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social no futuro. O Prejuízo Fiscal e a Base Negativa de Contribuição Social não expiram no âmbito tributário brasileiro.

Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis utilizando como base o seu plano de negócios. Se essa projeção indicar que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver o tributo diferido, será feita a baixa correspondente à parcela do ativo que não será recuperada.

A Administração da Companhia com base no seu plano de negócio, estima que irá gerar lucro tributável nos exercícios seguintes para realizar seus ativos fiscais diferidos reconhecidos em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$505.367.

10. IMOBILIZADO

A Composição do imobilizado é como segue:

		31 de dezembro de 2019			31 de dezembro de 2018
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<u>Imobilizado em serviço</u>					
Terrenos	3,20%	211.205	(48.336)	162.869	169.809
Reservatórios, barragens e adutoras	3,51%	8.595.422	(1.525.348)	7.070.074	7.371.437
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,52%	4.600.467	(805.495)	3.794.972	3.956.797
Máquinas e equipamentos	3,68%	9.691.265	(1.781.110)	7.910.155	8.239.845
Veículos	16,67%	6.392	(4.402)	1.990	2.918
Móveis e utensílios	6,25%	5.254	(2.181)	3.073	2.587
Total do imobilizado em serviço		<u>23.110.005</u>	<u>(4.166.872)</u>	<u>18.943.133</u>	<u>19.743.393</u>
<u>Imobilizado em curso</u>					
Terrenos		4.690	-	4.690	-
Reservatórios, barragens e adutoras		59.179	-	59.179	59.059
Edificações, obras civis e benfeitorias		-	-	-	47
Máquinas e equipamentos		44.359	-	44.359	52.585
Veículos		1.385	-	1.385	-
Móveis e utensílios		55	-	55	-
Material em depósito		19.408	-	19.408	19.228
Outros		<u>2.579</u>	<u>-</u>	<u>2.579</u>	<u>33.575</u>
Total do imobilizado em curso		131.655	-	131.655	164.494
Total do imobilizado		<u>23.241.660</u>	<u>(4.166.872)</u>	<u>19.074.788</u>	<u>19.907.887</u>

Notas Explicativas

As movimentações do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram as seguintes:

2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019					
	Valor Líquido	Adições	Transferência / Reclassificação (*)	Transferência para imobilizado em serviço	Valor Baixa	Valor Depreciação	Valor Líquido
<u>Imobilizado em serviço</u>							
Terrenos	169.809	-	-	-	-	(6.940)	162.869
Reservatórios, barragens e adutoras	7.371.437	-	-	-	-	(301.363)	7.070.074
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.956.797	-	-	-	-	(161.825)	3.794.972
Máquinas e equipamentos	8.239.845	-	(460)	26.341	-	(355.571)	7.910.155
Veículos	2.918	-	(110)	-	-	(818)	1.990
Móveis e utensílios	2.587	-	460	534	-	(508)	3.073
Total do imobilizado em serviço	<u>19.743.393</u>	<u>-</u>	<u>(110)</u>	<u>26.875</u>	<u>-</u>	<u>(827.025)</u>	<u>18.943.133</u>
<u>Imobilizado em curso</u>							
Terrenos	-	4.690	-	-	-	-	4.690
Reservatórios, barragens e adutoras	59.059	120	-	-	-	-	59.179
Edificações, obras civis e benfeitorias	47	24	(24)	-	(47)	-	-
Máquinas e equipamentos	52.585	17.971	128	(26.313)	(12)	-	44.359
Veículos	-	1.385	-	-	-	-	1.385
Móveis e utensílios	-	491	134	(562)	(8)	-	55
Material em depósito	19.228	1.412	(326)	-	(906)	-	19.408
Outros	33.575	(14.223)	248	-	(17.021)	-	2.579
Total do imobilizado em curso	<u>164.494</u>	<u>11.870</u>	<u>160</u>	<u>(26.875)</u>	<u>(17.994)</u>	<u>-</u>	<u>131.655</u>
Total do imobilizado	<u>19.907.887</u>	<u>11.870</u>	<u>50</u>	<u>-</u>	<u>(17.994)</u>	<u>(827.025)</u>	<u>19.074.788</u>

(*) Reclassificações efetuadas para outras rubricas patrimoniais.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

As movimentações do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram as seguintes:

2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018					
	Valor Líquido	Adições	Transferência / Reclassificação(*)	Transferência para imobilizado em serviço	Valor Baixa	Valor Depreciação	Valor Líquido
<u>Imobilizado em serviço</u>							
Terrenos	59.218	-	-	144.034	-	(33.443)	169.809
Reservatórios, barragens e adutoras	7.618.075	-	(8.939)	64.065	-	(301.764)	7.371.437
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.099.582	-	(271)	18.600	-	(161.114)	3.956.797
Máquinas e equipamentos	8.653.755	-	(204.397)	138.365	-	(347.878)	8.239.845
Móveis e utensílios	129	-	779	818	-	(1.430)	296
Veículos	2.751	-	10	4.089	-	(1.641)	5.209
Total do imobilizado em serviço	<u>20.433.510</u>	<u>-</u>	<u>(212.818)</u>	<u>369.971</u>	<u>-</u>	<u>(847.270)</u>	<u>19.743.393</u>
<u>Imobilizado em curso</u>							
Terrenos	144.034	-	-	(144.034)	-	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	9.176	49.908	63.707	(63.732)	-	-	59.059
Edificações, obras civis e benfeitorias	552	2.847	15.248	(18.600)	-	-	47
Máquinas e equipamentos	52.450	27.339	109.514	(136.428)	(290)	-	52.585
Veículos	703	-	-	(691)	(12)	-	-
Móveis e utensílios	8.843	387	(3.068)	(6.153)	(9)	-	-
Material em depósito	24.993	7.024	(11.451)	-	(1.338)	-	19.228
Outros	17.248	28.832	(1.709)	(333)	(10.463)	-	33.575
Total do imobilizado em curso	<u>257.999</u>	<u>116.337</u>	<u>172.241</u>	<u>(369.971)</u>	<u>(12.112)</u>	<u>-</u>	<u>164.494</u>
Total do imobilizado	<u>20.691.509</u>	<u>116.337</u>	<u>(40.577)</u>	<u>-</u>	<u>(12.112)</u>	<u>(847.270)</u>	<u>19.907.887</u>

(*) Reclassificações efetuadas para outras rubricas patrimoniais.

Notas Explicativas**11. INTANGÍVEL**

A Composição do intangível é como segue:

		31 de dezembro de 2019			31 de dezembro de 2018
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
<u>Intangível em Serviço</u>					
Direito de concessão -					
Uso do Bem Público - UBP	3,20%	199.339	(49.436)	149.903	156.282
Direito de uso	70,59%	1.589	(769)	820	-
Servidão permanente	3,75%	10.226	(1.262)	8.964	9.348
Software	20,00%	30.742	(26.539)	4.203	9.042
Total do intangível em serviço		241.896	(78.006)	163.890	174.672
<u>Intangível em Curso</u>					
Software		519	-	519	661
Total do intangível em curso		519	-	519	661
Total do intangível		242.415	(78.006)	164.409	175.333

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

As movimentações do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram as seguintes:

2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019					
	Valor Líquido	Adições	Transferência / Reclassificação(*)	Transferência para imobilizado em serviço	Valor Baixa	Valor Amortização	Valor Líquido
<u>Intangível em Serviço</u>							
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	156.282	-	-	-	-	(6.379)	149.903
Direito de uso (nota explicativa 2.1.1(a))	-	-	-	1.589	-	(769)	820
Servidão permanente	9.348	-	-	-	-	(384)	8.964
Software	9.042	-	-	739	-	(5.578)	4.203
Total do intangível em serviço	<u>174.672</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.328</u>	<u>-</u>	<u>(13.110)</u>	<u>163.890</u>
<u>Intangível em Curso</u>							
Direito de uso (nota explicativa nº2.1.1(a))	-	1.589	-	(1.589)	-	-	-
Software	661	647	(50)	(739)	-	-	519
Total do intangível em curso	<u>661</u>	<u>2.236</u>	<u>(50)</u>	<u>(2.328)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>519</u>
Total do intangível	<u>175.333</u>	<u>2.236</u>	<u>(50)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(13.110)</u>	<u>164.409</u>

(*) Reclassificações efetuadas para outras rubricas patrimoniais.

Notas Explicativas

As movimentações do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram as seguintes:

2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018					
	Valor Líquido	Adições	Transferência / Reclassificação(*)	Transferência para imobilizado em serviço	Valor Baixa	Valor Amortização	Valor Líquido
<u>Intangível em Serviço</u>							
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	162.661	-	-	-	-	(6.379)	156.282
Servidão permanente	9.727	-	-	-	-	(379)	9.348
Software	10.020	-	-	3.291	-	(4.269)	9.042
Total do intangível em serviço	<u>182.408</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.291</u>	<u>-</u>	<u>(11.027)</u>	<u>174.672</u>
<u>Intangível em Curso</u>							
Software	3.334	191	443	(3.291)	(16)	-	661
Total do intangível em curso	<u>3.334</u>	<u>191</u>	<u>443</u>	<u>(3.291)</u>	<u>(16)</u>	<u>-</u>	<u>661</u>
Total do intangível	<u>185.742</u>	<u>191</u>	<u>443</u>	<u>-</u>	<u>(16)</u>	<u>(11.027)</u>	<u>175.333</u>

(*) Reclassificações efetuadas para outras rubricas patrimoniais.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

12. FORNECEDORES

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Circulante:		
Passivo Regulatório (i)	312.733	326.230
Encargos de uso da rede elétrica (ii)	105.432	100.958
Materiais e serviços	34.041	47.000
Suprimento de energia elétrica	66.023	32.043
Fornecedores Estrangeiros	2.954	-
	<u>521.182</u>	<u>506.231</u>
Não Circulante:		
Passivo Regulatório (i)	161.713	409.278
	<u>682.895</u>	<u>915.509</u>
Total		

- (i) O saldo da rubrica "Passivo regulatório" representa uma posição devedora da SAE em operações de compra e venda de energia realizada no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Contribuiu positivamente para a redução do Passivo regulatório a energia secundária verificada nesse período, proporcionada pela agressiva sazonalização realizada pelos agentes participantes do MRE. Além do balanço de energia, a CCEE é responsável por efetuar cobranças dos parcelamentos provenientes de liminares como as de FID – Fator de Disponibilidade.

Após autorização da ANEEL, a CCEE concordou com o parcelamento do débito referente ao Fator de Disponibilidade - FID, no valor de R\$143.421 (a ação foi denominada pela Companhia de FID III e é referente a recursos relativos a queda da liminar cujo o objeto da ação fundamentava-se na aplicação da Resolução Normativa da ANEEL nº 614/2014, a partir de junho de 2014). O parcelamento ocorreu nos seguintes termos: 10 parcelas iguais, acrescidas de IGP-M e juros de 1% ao mês, seguindo o calendário de contabilização e liquidação da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) a partir de maio/2018. Este parcelamento foi totalmente quitado no exercício de 2019.

Após autorização da ANEEL, a CCEE concordou com o parcelamento do débito referente ao Fator de Disponibilidade - FID, no valor de R\$738.000 (a ação foi denominada pela Companhia de FID II e é referente a recursos relativos a queda da liminar cujo o objeto da ação estava fundamentado nos esclarecimentos do edital do leilão da UHE Santo Antônio). O parcelamento ocorreu nos seguintes termos: 36 parcelas iguais, acrescidas de IGP-M e juros de 1% ao mês, seguindo o calendário de contabilização e liquidação da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) a partir de julho/2018.

Em setembro de 2019, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE processou a recontabilização referente à aplicação do Despacho ANEEL nº 1635/2019, que trata do ressarcimento aos geradores hidroelétricos pelo deslocamento hidráulico provocado pela Geração Termoelétrica Fora da Ordem de Mérito – GFOM, o que gerou uma redução de custo (nota explicativa nº 24 (a)) de R\$9.520 à Companhia.

Também em setembro de 2019, a CCEE processou a recontabilização referente à operacionalização do Despacho ANEEL nº 2991/2016, que trata do expurgo de parte das indisponibilidades contabilizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS no período de agosto de 2014 a abril de 2019. Essa recontabilização gerou uma redução de custo referente ao FID (Fator de Disponibilidade) (nota explicativa nº 24 (a)) para a Companhia no montante de R\$53.000.

Notas Explicativas

- (ii) Encargo de uso da rede elétrica é uma obrigação decorrente de contrato firmado com o Operador Nacional do Sistema – ONS e concessionárias de transmissão para prestação do serviço de transmissão de energia. Os valores são calculados em função da tarifa de uso de transmissão da rede básica e do montante de uso do sistema de transmissão contratado pela UHE Santo Antônio.

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que eles estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificados como passivo.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Conforme previsto e informado em demonstrações financeiras anteriores, a Companhia concluiu em 14/12/2018 as assinaturas dos instrumentos contratuais relativos ao reperfilamento da sua dívida junto ao BNDES FINEM (direto original/suplementar e indireto original/suplementar). O reperfilamento proporcionou uma melhora na liquidez da Companhia para os próximos anos, ajustando o fluxo de pagamentos à sua real capacidade. Essa renegociação teve como principais alterações: (i) extensão do prazo da dívida de 2034 para 2040, (ii) carência total do principal que passará a ser amortizado a partir de janeiro de 2025, (iii) pagamento gradual de juros conforme descrito abaixo, e (iv) mudança dos indexadores da dívida de TJLP para TLP sendo, BNDES Direto passou de TJLP + 2,40% a.a. para TLP + 3,9% a.a. e BNDES Indireto passou de TJLP + 3,3% a.a. para TLP + 4,7% a.a.

- Pagamento mensal dos juros correspondentes a 5% do saldo da dívida a partir de jan/2019 até jun/2019;
- Pagamento mensal dos juros correspondentes a 50% do saldo da dívida a partir de jul/2019 até dez/2020;
- Pagamento mensal dos juros correspondentes a 60% do saldo da dívida a partir de jan/2021 até dez/2021;
- Pagamento mensal dos juros correspondentes a 80% do saldo da dívida a partir de jan/2022 até dez/2023;
- Pagamento mensal dos juros correspondentes a 90% do saldo da dívida a partir de jan/2024 até dez/2024;
- Pagamento mensal dos juros correspondentes a 100% do saldo da dívida a partir de jan/2025.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

13.1. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos Financeiros	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
<u>Passivo circulante</u>				
BNDES – Indireto	R\$	TLP*+ 4,7% a.a	15.165	5.471
BNDES – Direto	R\$	TLP*+ 3,9% a.a	24.325	15.912
Custos de transação a amortizar - BNDES	R\$	-	(601)	(55)
Banco da Amazônia S.A. – FNO	R\$	Juros de 10,0% a.a(**)	34.539	31.931
			<u>73.428</u>	<u>53.259</u>
<u>Passivo não circulante</u>				
BNDES - Indireto (a)	R\$	TLP*+ 4,7% a.a	5.325.702	4.922.943
BNDES - Direto (a)	R\$	TLP*+ 3,9% a.a	5.112.222	4.767.255
Custos de transação a amortizar - BNDES	R\$	-	(11.864)	(1.131)
Banco da Amazônia S.A. - FNO (b)	R\$	Juros de 10,0% a.a (**)	498.900	530.481
			<u>10.924.960</u>	<u>10.219.548</u>
			<u>10.998.388</u>	<u>10.272.807</u>

(*) TLP: IPCA + 2,98% a.a.

(**) Bônus de Adimplência de 15%: Taxa real 8,5% a.a.

(a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

As principais condições dos financiamentos são:

(i) Vencimento das parcelas – não circulante (principal e encargos)

	2021	2022	2023	2024	Após 2024	Total
Principal e Encargos	<u>11.245</u>	<u>11.245</u>	<u>10.864</u>	<u>10.103</u>	<u>10.394.467</u>	<u>10.437.924</u>
	<u>11.245</u>	<u>11.245</u>	<u>10.864</u>	<u>10.103</u>	<u>10.394.467</u>	<u>10.437.924</u>

(ii) Garantias

- (a) Penhor da totalidade das ações da Companhia de propriedade da Madeira Energia S.A. – MESA, acionista e Controladora integral da Companhia, dando as mesmas para o BNDES através da celebração do contrato de penhor de ações e outras avenças;
- (b) Cessão fiduciária entre a Companhia e o BNDES, envolvendo os direitos de titularidade da mesma, em decorrência do Contrato de Concessão de Uso do bem público para geração de energia elétrica, incluindo os direitos creditórios de sua titularidade referentes aos Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVEs) e os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs), Contratos de Compra de Reduções de Emissão de Carbono (CCRECs), se vierem a ser firmados, e cessão condicional dos contratos do projeto de execução da Usina Hidrelétrica Santo Antônio;
- (c) Suporte de acionistas e outras avenças para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato de financiamento;

Notas Explicativas

- (d) Suporte de acionistas para cobertura de insuficiências que vier a ocorrer na execução do projeto, além de frustrações das fontes de recursos previstas para utilização nos investimentos do projeto;
- (e) Fiança Eletrobrás e Cemig para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações dos contratos de financiamento e insuficiências que ocorrerem na execução ou frustrações das fontes de recursos previstas para o projeto;
- (f) Suporte de acionistas suplementar e outras avenças para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato de financiamento suplementar.

(iii) Cláusulas restritivas

A Companhia possui contratos de financiamentos junto ao BNDES e debêntures, os quais possuem cláusulas restritivas ("covenants"). "Covenants" são cláusulas contratuais, exigidas nos contratos de financiamentos e empréstimos, que controlam as atividades da Companhia, criados para proteger o interesse do credor. Estes indicadores estabelecem condições que não podem ser descumpridas, caso isto ocorra, o credor poderá exigir o vencimento antecipado da dívida.

Os contratos de financiamentos e debêntures da Companhia incluem cláusulas que podem ocasionar evento de vencimento antecipado (default), se configurado o descumprimento dos "covenants" financeiros e não financeiros, dentro os quais:

- (a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida mínimo em 1,2 até 2024, e em 1,3 de 2025 até o final da liquidação dos financiamentos;
- (b) Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido / Ativo Total) igual ou superior a 0,25;
- (c) Índice de Liquidez (Dívida Líquida / Patrimônio Líquido) menor ou igual a 3,5;
- (d) Sem prévia e expressa autorização dos credores, não realizar distribuição de dividendos ou pagamento;
- (e) Não constituir garantias de qualquer espécie com outros credores;
- (f) Não firmar contrato de mútuo com acionistas, diretos ou indiretos, com pessoas físicas ou jurídicas, componentes do grupo econômico a que pertença a SAE;
- (g) Protesto legítimo de títulos contra a Companhia em montante individual ou agregado superior a R\$20.000, salvo se for validamente comprovado pela Companhia que: (i) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros, desde que tal erro ou má fé tenha sido comprovado pela Companhia dentro do prazo de 30 dias contados da data do respectivo evento, (ii) o protesto foi cancelado no prazo legal, ou ainda (iii) foram prestadas garantias em juízo;
- (h) Apresentar ao BNDES, nas épocas devidas, a Licença de Operação do Projeto ora financiado, oficialmente publicada, expedida pelo órgão ambiental competente;
- (i) Cumprir e se manter em conformidade com todas as obrigações socioambientais a que está sujeita por força da legislação socioambiental vigente e, a critério razoável dos Agentes, com os padrões definidos pelos Princípios do Equador;

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

- (j) Relatório informando o número de funcionários administrativos e operacionais ao fim de cada trimestre;
- (k) Não constituir, salvo autorização prévia e expressa do BNDES, garantias de qualquer espécie em operações com outros credores, sem que as mesmas garantias sejam oferecidas ao BNDES, excetuando-se as garantias relativas aos negócios de gestão ordinária da Companhia. Nas hipóteses de prestação de garantia em operações relativas aos negócios de gestão ordinária da Companhia cujo valor seja superior a R\$100.000, a SAE deverá enviar comunicação, por escrito, ao BNDES, no prazo de até 5 dias úteis contados da data de constituição de tal garantia.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia atendeu todos os "covenants" com rigorosidade, com exceção dos Índices de Liquidez e Capitalização, dos quais foram obtidos "waivers" em 13 de agosto de 2018 e 14 de dezembro de 2018, respectivamente, sendo: (i) Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido / Ativo Total) "waiver" obtido até o encerramento do exercício de 2021; e (ii) Índice de Liquidez (Dívida líquida / Patrimônio Líquido) "waiver" obtido até o encerramento do exercício de 2028.

(b) Banco da Amazônia S.A

As parcelas liberadas decorrem do contrato de financiamento, firmado entre a Companhia e o Banco da Amazônia S.A. em 11 de março de 2009 e aprovado com base na Decisão de Diretoria nº 1.120/2008, de 16 de dezembro de 2008, com interveniência da Companhia e dos acionistas da Controladora, no valor total de R\$503.420, cujos recursos financeiros são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO. O referido contrato de financiamento teve como objetivo a implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio (nota explicativa nº 01).

As principais condições do financiamento são:

- (i) Vencimento das parcelas - não circulante (principal e encargos)

	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>Após 2024</u>	<u>Total</u>
Principal e Encargos	<u>54.071</u>	<u>54.071</u>	<u>54.071</u>	<u>54.071</u>	<u>282.616</u>	<u>498.900</u>
	<u>54.071</u>	<u>54.071</u>	<u>54.071</u>	<u>54.071</u>	<u>282.616</u>	<u>498.900</u>

- (ii) Garantias e cláusulas restritivas

O Banco da Amazônia compartilha das mesmas garantias e restrições apresentadas na nota explicativa 13.1 (a) (ii) e (iii).

(c) Movimentação de empréstimos e financiamentos:

- (i) Exercício findo em 2019:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	53.259	10.219.548
Encargos financeiros provisionados	644.801	417.112
Encargos financeiros pagos	(285.051)	-
Amortização de principal	(40.052)	-
Transferências	(298.983)	298.983
Custos de transação	(11.229)	-
Transferências de custo de transação	<u>10.683</u>	<u>(10.683)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>73.428</u>	<u>10.924.960</u>

Notas Explicativas

(ii) Exercício findo em 2018:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	689.586	10.041.365
Encargos financeiros provisionados	885.889	69.646
Encargos financeiros pagos	(837.928)	
Amortização de principal	(599.557)	
Transferências	(86.235)	86.235
Custos de transação	(1.186)	
Transferências de custo de transação	1.131	(1.131)
Reconhecimento custo de transação (Reperfilamento)	1.559	23.433
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>53.259</u>	<u>10.219.548</u>

Os contratos de financiamento contêm cláusula estabelecendo a faculdade dos credores poderem declarar o vencimento antecipado dos créditos em razão da ocorrência de pedido de recuperação judicial de qualquer um dos intervenientes nos respectivos contratos, o que ocorreu no segundo trimestre de 2019 com as empresas intervenientes Odebrecht Participações e Investimentos S.A. ("OPI"),

Odebrecht Energia do Brasil S.A. ("OEB") e Odebrecht S.A.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia obteve declaração por escrito dos credores, afirmando que, em virtude da recuperação judicial acima mencionada bem como dos fatos conhecidos até o momento, não exercerão a faculdade de declarar o vencimento antecipado de tais financiamentos para os próximos doze meses.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

13.2. Debêntures

	Série	Valor unitário (em reais)	Remuneração	31 de dezembro de 2019			Total	31 de dezembro de 2018
				Principal	Encargos	Custos de transação		Total
Passivo circulante								
1ª emissão (a)	1ª e 2ª	-	-	-	-	(50)	(50)	(50)
2ª emissão (b)	Única	R\$ 100.000,00	IPCA + juros de 6,2% a.a.	105.000	49.905	(561)	154.344	104.451
3ª emissão (c)	1ª	R\$ 10.000,00	IPCA + juros de 7,05% a.a.	32.800	15.603	(977)	47.426	2.726
	2ª		IPCA + juros de 7,49% a.a.	-	10.386	(1.027)	9.359	8.792
				<u>137.800</u>	<u>75.894</u>	<u>(2.615)</u>	<u>211.079</u>	<u>115.919</u>
<u>Passivo não circulante</u>								
1ª emissão (a)	1ª	R\$ 1.000,00	IPCA + juros de 6,5% a.a.	770.448	1.031.809	(431)	1.801.826	1.638.303
	2ª			809.346	919.245	(431)	1.728.160	1.571.318
2ª emissão (b)	Única	R\$ 100.000,00	IPCA + juros de 6,2% a.a.	218.400	103.329	(1.166)	320.563	459.135
3ª emissão (c)	1ª	R\$ 10.000,00	IPCA + juros de 7,05% a.a.	167.200	59.570	(1.318)	225.452	259.335
	2ª		IPCA + juros de 7,49% a.a.	500.000	178.141	(3.942)	674.199	648.335
				<u>2.465.394</u>	<u>2.292.094</u>	<u>(7.288)</u>	<u>4.750.200</u>	<u>4.576.426</u>
				<u>2.603.194</u>	<u>2.367.988</u>	<u>(9.903)</u>	<u>4.961.279</u>	<u>4.692.345</u>

Notas Explicativas**(a) 1ª Emissão**

Em setembro de 2012, a Companhia celebrou contrato para emissão de 1.520.120 debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantias adicionais, divididas em duas séries, sendo a 1ª série recebida em 25 de outubro de 2012, no valor de R\$760.060 (R\$770.448, atualizados até a data de recebimento) e a 2ª série recebida em 28 de junho de 2013, no valor de R\$760.060 (R\$809.346, atualizados até a data de recebimento), tendo o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS) como debenturista, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário e representante do debenturista e a Controladora como interveniente anuente.

O objetivo desta emissão foi captar recursos para desenvolvimento, implantação e construção do projeto original da UHE Santo Antônio e de seu sistema de transmissão associado para a exploração da concessão (nota explicativa nº 01).

O FI-FGTS, na qualidade de debenturista, compartilha das mesmas garantias apresentadas na nota explicativa nº 13.1 (a) (ii), exceto pelo subitem (e), cuja a fiança é emitida por Furnas e Cemig para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações dos contratos de financiamento e insuficiências que ocorrerem na execução ou frustrações das fontes de recursos previstas para o projeto.

A escritura dessa emissão possui cláusulas restritivas ("covenants"), as quais vêm sendo adequadamente cumpridas pela Companhia, com exceção do Índice de Liquidez – dívida líquida sobre o patrimônio líquido menor ou igual a 3,5. Em assembleia geral de debenturistas realizada em 13 de agosto de 2018 foi obtido "waiver" até 2028, razão pela qual tal emissão continua a ser apresentada de acordo com o seu prazo de vencimento.

A 1ª série desta emissão vence em 15 parcelas anuais a partir de 2023 e a 2ª, em 15 parcelas anuais a partir de 2024. No item (d) desta nota apresentamos os valores anuais das parcelas das debêntures.

(b) 2ª Emissão

Em dezembro de 2012, a Companhia emitiu 4.200 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em série única, recebida em 24 de janeiro de 2013, no valor atualizado de R\$424.924. O valor nominal unitário das debêntures é R\$100, totalizando R\$420.000, tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciário, representando a comunhão dos debenturistas e a Controladora, como interveniente anuente.

O objetivo desta emissão foi captar recursos para desenvolvimento, implantação e construção do projeto original da UHE Santo Antônio e de seu sistema de transmissão associado para a exploração da concessão (nota explicativa nº 01).

Os debenturistas compartilham das mesmas garantias apresentadas na nota explicativa nº 13.1 (a) (ii) e (iii).

A escritura dessa emissão possui cláusulas restritivas ("covenants"), as quais vêm sendo adequadamente cumpridas pela Companhia, com exceção do Índice de Capitalização – relação entre ativo total e patrimônio líquido de no mínimo 0,25. Em assembleia geral de debenturistas realizada em 14 de dezembro de 2018 foi obtido "waiver" até 2021, razão pela qual tal emissão continua a ser apresentada de acordo com o seu prazo de vencimento.

Os juros remuneratórios são pagos semestralmente, enquanto que o saldo principal tem como vencimento: 5,5% em 27/12/2017 - 17,5% em 27/12/2019 - 25,0% em 27/12/2020 - 24,0% em 27/12/2021 - e saldo em 27/12/2022. No item (d) desta nota apresentamos os valores anuais das parcelas das debêntures.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

(c) 3ª Emissão

Em 15 de abril de 2014, a Companhia emitiu 70.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, escriturais, nominativas, da espécie quirografária com garantia adicional real e fidejussória, divididas em duas séries, totalizando o montante de R\$700.000, para distribuição pública, nos termos da instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciário e representante dos debenturistas e a Controladora como interveniente anuente. As duas séries foram recebidas entre os dias 2 e 5 de maio de 2014, sendo a 1ª série de R\$200.000 (R\$201.000, atualizados até a data de recebimento) e a 2ª série no valor de R\$500.000 (R\$504.000, atualizados até a data de recebimento).

O objetivo desta emissão foi de captar recursos para viabilização e implementação das 50 unidades geradoras da UHE Santo Antônio.

Os debenturistas dessa 3ª emissão compartilham das mesmas garantias e restrições apresentadas na nota explicativa 13.1 (a) (ii) e (iii).

A escritura dessa emissão possui cláusulas restritivas ("covenants"), as quais vêm sendo adequadamente cumpridas pela Companhia, com exceção do Índice de Capitalização – relação entre ativo total e patrimônio líquido de no mínimo 0,25. Em assembleia geral de debenturistas realizada em 14 de dezembro de 2018 foi obtido "waiver" até 2021, razão pela qual tal emissão continua a ser apresentada de acordo com o seu prazo de vencimento.

Os juros remuneratórios são pagos semestralmente, enquanto que o saldo principal tem como vencimento: 1ª série – 16,4% em 15/04/2020 – 49,3% em 15/04/2021 e saldo em 15/04/2022; 2ª série - 25,1% em 15/04/2022 – 55,6% em 15/04/2023 e saldo em 15/04/2024. No item (d) desta nota apresentamos os valores anuais das parcelas das debêntures.

(d) Vencimento das parcelas de debêntures - não circulante (principal e encargos)

	2021	2022	2023	2024	Após 2024	Total
Principal e Encargos	<u>238.187</u>	<u>363.534</u>	<u>614.189</u>	<u>366.271</u>	<u>3.175.307</u>	<u>4.757.488</u>
	<u>238.187</u>	<u>363.534</u>	<u>614.189</u>	<u>366.271</u>	<u>3.175.307</u>	<u>4.757.488</u>

(e) Movimentação de debêntures:**(i) Exercício findo em 2019**

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2018	115.919	4.576.426
Encargos financeiros provisionados	108.727	369.030
Encargos financeiros pagos	(211.437)	-
Transferência	197.870	(197.870)
Amortização de custos de transação	2.614	-
Transferências de custo de transação	(2.614)	2.614
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>211.079</u>	<u>4.750.200</u>

Notas Explicativas

(ii) Exercício findo em 2018:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	10.782	4.310.599
Encargos financeiros provisionados	(179)	466.821
Encargos financeiros pagos	(98.292)	-
Transferência	203.608	(203.608)
Amortização de custos de transação	2.614	-
Transferências de custo de transação	(2.614)	2.614
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>115.919</u>	<u>4.576.426</u>

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>31 de dezembro de 2019</u>	<u>31 de dezembro de 2018</u>
Circulante:		
COFINS	10.029	12.237
PIS	2.166	2.654
COFINS (Parcelamento) (i)	22.856	21.615
PIS (Parcelamento) (i)	4.941	4.673
ICMS	17.139	14.830
ICMS diferencial de alíquotas (ii)	-	11.946
INSS	620	958
ISS	516	679
Outros	1.377	2.267
	<u>59.644</u>	<u>71.859</u>
Não circulante:		
COFINS (Parcelamento) (i)	41.903	61.316
PIS (Parcelamento) (i)	9.058	13.254
	<u>50.961</u>	<u>74.570</u>
	<u>110.605</u>	<u>146.429</u>

- (i) No primeiro semestre de 2018 a Companhia requereu o parcelamento convencional do PIS e da COFINS previsto no art. 10 da Lei nº 10.522 de 19 de julho de 2002, totalizando o montante de R\$125.708, que será quitado em 60 parcelas mensais, atualizadas pela SELIC e acrescidas de 1% no mês do vencimento.
- (ii) A Companhia aderiu ao benefício fiscal previsto no Decreto Estadual/RO nº 18.496, de 08 de janeiro de 2014, o qual reduziu para 2% a alíquota do ICMS DA (Diferencial de Alíquota), decorrentes das operações de entrada de mercadorias ou bens destinados às obras de instalação, construção, operação e manutenção da Usina, em transações interestaduais. O saldo do parcelamento é corrigido anualmente pela Unidade Padrão Fiscal (UPF) do Estado de Rondônia e sobre ele incidem juros de 1% ao mês.

15. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

No exercício de 2018, a Companhia recebeu R\$244.353 em adiantamento de clientes de contrato de venda de energia firmado com a Beta Comercializadora, R\$64.992 firmado com a Matrix Comercializadora, R\$30.420 firmado com a Energisa Comercializadora, R\$20.018 firmado com a Capitale Energia e Comercializadora. Os valores antecipados, estão sendo amortizados mensalmente conforme o fornecimento da energia contratado e a serem liquidados até o exercício de 2021.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

No exercício de 2019 a Companhia recebeu R\$155.286 em adiantamento de clientes com a Beta Comercializadora. Os valores antecipados serão amortizados mensalmente conforme o fornecimento da energia contratado e a serem liquidados até o exercício de 2022.

Em 31 de dezembro de 2019, temos os seguintes saldos em aberto:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
<u>Circulante</u>		
Beta Comercializadora de Energia S.A	81.986	184.350
Matrix Comercializadora de Energia Elétrica	4.684	64.992
Capitale Energia e Comercializadora	1.931	20.018
Energisa Comercializadora de Energia	8.888	10.140
Cemig Geração e Transmissão S.A.	-	6.870
	<u>97.489</u>	<u>286.370</u>
<u>Não circulante</u>		
Beta Comercializadora de Energia S.A	168.757	60.003
Energisa Comercializadora de Energia	10.140	20.280
	<u>178.897</u>	<u>80.283</u>
	<u>276.386</u>	<u>366.653</u>

16. CONCESSÕES A PAGAR

Trata-se da obrigação, assumida pela Companhia no Contrato de Concessão nº 001/2008 de Uso do bem público para a geração de energia, de recolher à União o pagamento total fixado de R\$379.267, em parcelas mensais iguais, sendo exigida a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, ocorrida em 30 de março de 2012, até o 35º ano da concessão. O valor do pagamento é atualizado anualmente pelo IPCA, o montante total da obrigação é registrado pelo valor presente total do UBP até o final do contrato de concessão descontado à taxa de 6,94% a.a. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2019 totaliza R\$275.581 (2018 – R\$273.284).

Buscando refletir adequadamente a contraprestação pecuniária da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores da concessão foram registrados no ativo intangível (nota explicativa nº11), em contrapartida do passivo.

a) Movimentação

<u>2019</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	21.985	251.299
Atualização - IPCA	-	13.620
Ajuste a valor presente	(31)	11.494
Pagamentos	(22.786)	-
Transferências	<u>23.707</u>	<u>(23.707)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>22.875</u>	<u>252.706</u>

Notas Explicativas

<u>2018</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	21.229	244.260
Atualização - IPCA	(3)	24.438
Ajuste a valor presente	(31)	5.378
Pagamentos	(21.987)	-
Transferências	22.777	(22.777)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>21.985</u>	<u>251.299</u>

b) Vencimentos da concessão a pagar apresentada no passivo não circulante:

2021	24.584
2022	25.463
2023	26.395
2024	27.361
2025	28.363
2026	29.401
2027 a 2043	<u>91.139</u>
	<u>252.706</u>

17. PROVISÕES SOCIOAMBIENTAIS

	<u>31 de dezembro de 2019</u>	<u>31 de dezembro de 2018</u>
Circulante		
Programas básicos ambientais (i)	<u>61.107</u>	<u>93.640</u>
	61.107	93.640
Não circulante		
Programas básicos ambientais (i)	101.707	178.512
Compensação ambiental (ii)	<u>89.490</u>	<u>86.120</u>
	191.197	264.632
	<u>252.304</u>	<u>358.272</u>

O IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, concedeu licenças ambientais para a Companhia, as quais impõem condicionantes para a construção do empreendimento. Essas obrigações, que estão relacionadas com ações ambientais de proteção, monitoramento, reflorestamento, recuperação e compensação dos impactos socioambientais, foram estimadas e são monitoradas pela Administração da Companhia. Esses gastos, relacionados à construção, foram estimados e registrados como custo do ativo imobilizado, em Reservatório, barragens e adutoras. Tal estimativa foi realizada pela área de sustentabilidade e meio ambiente da Companhia e submetida à aprovação do Conselho de Administração da Controladora, quando da aprovação do Plano de negócios da empresa.

- (i) Nas rubricas "Programas básicos ambientais" estão registradas as estimativas da Administração da Companhia com relação aos gastos socioambientais que a SAE incorrerá a fim de mitigar o impacto causado pela construção da UHE Santo Antônio, em cumprimento aos programas previstos nas Licenças de Instalação nº 540/2008, Licença de Operação nº 1.044/2011 – 1ª Renovação e na Autorização Especial nº 15/2018, todas expedidas pelo IBAMA. Essas licenças determinam o atendimento aos 28 programas ambientais constantes do Programa Básico Ambiental (PBA) da Hidrelétrica Santo Antônio por meio da adoção de medidas que visam impedir, mitigar ou, excepcionalmente, compensar impactos identificados nos monitoramentos ambientais também exigidos pelo IBAMA, tais como:

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

- Programa de Monitoramento do Lençol Freático.
- Programa de Monitoramento Sismológico.
- Programa de Monitoramento Climatológico.
- Programa de Conservação da Flora.
- Programa de Conservação da Fauna.
- Programa de Conservação da Ictiofauna.
- Programa de Saúde Pública.
- Programa de Remanejamento da População Atingida.
- Programa de Apoio às Comunidades Indígenas.
- Programa de Compensação Social.

Movimentação dos Programas básicos ambientais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	93.640	178.512
Atualização monetária - IPCA	-	6.909
Realizações	(116.247)	-
Transferências	83.714	(83.714)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>61.107</u>	<u>101.707</u>

- (ii) O saldo registrado em "Compensação ambiental", calculado com base na Lei nº 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09, corresponde a 0,5% (R\$56.159) do valor de referência do empreendimento, conforme definido na Licença de Operação nº 1.044/11, expedida pelo IBAMA. Esses recursos são destinados a compensar os impactos ambientais não mitigáveis causados pela obra, e em 31 de dezembro de 2019 totalizam R\$89.490 atualizados pelo IPCA no passivo não circulante (2018 - R\$86.120).

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018		86.120
Atualização monetária - IPCA	-	3.370
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>-</u>	<u>89.490</u>

Notas Explicativas**18. CAUÇÕES EM GARANTIA**

Contratualmente, as empresas prestadoras de serviço devem fornecer à Companhia uma garantia para a execução de obras e/ou serviços, quando aplicável. Essa garantia é feita através da retenção de até 5% (cinco por cento) do valor do pagamento a ser recebido pelo contratado, de todas as medições até o fim do contrato e de seus eventuais aditivos.

O montante, refere-se, principalmente, às retenções de 5% dos valores pagos aos contratados com base nos contratos firmados de compra de máquinas e equipamentos, transporte e montagem das 50 unidades geradoras de energia e dos painéis de controle da UHE Santo Antônio. O montante retido é a garantia do cumprimento de todas as obrigações estabelecidas em contratos de serviços elegíveis. Em 31 de dezembro de 2019, o montante é de R\$437.956 (2018 - R\$427.382), dos quais R\$420.669 registrados no passivo não circulante correspondem às cauções em garantia do Contrato EPC com o CCSA.

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Os passivos contingentes e as provisões existentes estão ligados, principalmente, as discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, ambientais, cíveis e tributários.

A Administração da Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- (a) Perda provável – são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia faz provisão e destaca em nota explicativa.

Perdas Prováveis:

	31 de dezembro de 2018	Movimentações	31 de dezembro de 2019
Não circulante			
Ambiental (i)	14.612	874	15.486
Cível (ii)	30.213	(2.521)	27.692
Trabalhista	706	(161)	545
	<u>45.531</u>	<u>(1.808)</u>	<u>43.723</u>

(i) Administrativo Ambiental

Refere-se ao auto de infração lavrado pelo IBAMA em dezembro de 2008 decorrente de morte de peixes causada por poluição supostamente decorrente das obras de implantação da UHE Santo Antônio, no Rio Madeira, município de Porto Velho - RO.

(ii) Cível

Trata-se, majoritariamente, de (i) ações de execução para entrega de imóveis destinados à compensação de área de Reserva Legal de imóveis já entregues à comunidade reassentada pela Companhia por ocasião da implantação da UHE Santo Antônio para produção agrícola; e (ii) pagamento de eventual valor complementar definido em juízo nas ações de desapropriação de imóveis necessários para composição do reservatório da UHE Santo Antônio.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

- (b) Perda possível – são processos onde a possibilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa.

Em 31 de dezembro de 2019, existem processos judiciais cujo valor em discussão totaliza o montante de R\$3.261.223, conforme demonstrados a seguir, cuja perda foi estimada como possível, as quais são periodicamente reavaliadas pelos assessores jurídicos e pela Administração da Companhia, não requerendo a constituição de provisão nas Demonstrações Financeiras.

Perdas Possíveis:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	Variação
Trabalhista (i)	2.617	439	2.178
Cível (ii)	2.594.267	3.212.319	(618.052)
Administrativo ambiental (iii)	50.217	44.232	5.985
Administrativo tributário (iv)	614.122	589.024	25.098
	<u>3.261.223</u>	<u>3.846.014</u>	<u>(584.791)</u>

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível destacam-se as seguintes:

(i) Trabalhistas

Diversas ações, nas quais a Companhia responde, em sua maioria, subsidiariamente, em que questionam, entre outros, verbas trabalhistas, tais como, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade.

(ii) Cível

As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, a indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pela implantação ou operação da Hidrelétrica Santo Antônio (ou do Complexo Hidrelétrico do rio Madeira) ou que pretendem majorar e/ou receber indenizações por conta das desapropriações realizadas.

Contingências por solidariedade

Os passivos contingentes por solidariedade referem-se a pleitos formulados nas demandas judiciais em que a Companhia é parte e cuja liquidação espera-se que seja realizada pelas demais partes que ocupam o polo passivo do processo.

Em 31 de dezembro de 2019 as contingências possíveis por solidariedade totalizam R\$744.937. Os processos em que há contingência por solidariedade são demandas cíveis que tratam de (i) indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pela implantação ou operação do Complexo Hidrelétrico do rio Madeira e (ii) demandas ajuizadas pleiteando o cumprimento de obrigações relativas ao licenciamento ambiental da Hidrelétrica Santo Antônio e deficiências na prestação de serviços públicos em comunidades supostamente impactadas pela implantação e operação do empreendimento.

Notas Explicativas

	31 de dezembro de 2019		
	Valor envolvido Companhia	Solidariedade	Total
Cível	2.594.267	744.937	3.339.203
Trabalhista	2.617	-	2.617
Ambiental	50.217	-	50.217
Tributário	614.122	-	614.122
TOTAL	3.261.223	744.937	4.006.159

(iii) Administrativo ambiental

Autos de infração referentes a questões ambientais ocorridas na implantação ou operação da Hidrelétrica Santo Antônio.

(iv) Administrativo tributário

Processos administrativos para discussão de (i) não homologação de pedidos de compensação formalizados perante a Delegacia Especial da Receita Federal; (ii) não homologação de compensação de IRRF; (iii) defesa em autos de infração e demandas judiciais questionando o recolhimento de ISSQN devido pela SAE em razão de prestadores de serviço da Companhia.

20. OUTRAS PROVISÕES

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Consórcio Construtor Santo Antônio (i)	-	241.138
Consórcio Construtor Santo Antônio (ii)	339.237	316.146
	339.237	557.284

- (i) A provisão refere-se à bonificação pela Companhia ao CCSA por antecipação do cronograma contratual de entrada em operação comercial, considerando os períodos de paralisações causadas pelas greves durante os anos de 2009 a 2013 (eventos de caso fortuito – força maior) no canteiro de obras da UHE Santo Antônio como período de antecipação do cronograma contratual.

Em função de novos desenvolvimentos do Processo Arbitral em curso (nota explicativa nº 08 (ii)) e das alegações iniciais apresentadas em 2019, a Companhia assessorada por consultoria técnica especializada que em conjunto com os Assessores Jurídicos concluíram que não há qualquer dispositivo contratual que dê embasamento à interpretação do Consórcio Construtor Santo Antônio de que teria direito aos bônus acordados por antecipação para tal período. O que fica claro em tais dispositivos contratuais é que, para estes eventos de força maior, a Santo Antônio Energia deve apenas isentar o Consórcio da cobrança pelos danos acordados.

Este entendimento foi consolidado em função de novos eventos ocorridos durante o exercício de 2019 no âmbito do Processo Arbitral.

Neste contexto e tendo presente o que determinam os Pronunciamentos Técnicos CPC 23 – “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro” e o CPC 25 – “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”, a Companhia estornou a provisão anteriormente registrada, tendo em vista a remota probabilidade de saída de recursos econômicos em função do evento supracitado, impactando as demonstrações financeiras prospectivamente.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

- (ii) Nessa rubrica estão registrados gastos incorridos com greves e paralisações ocorridas entre os anos de 2009 e 2013, que resultaram em elevação dos custos do CCSA com o Contrato EPC em função da improdutividade e da concessão de aumentos salariais e outros benefícios aos trabalhadores do Consórcio.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDOCapital subscrito e integralizado

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 05 de outubro de 2018, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, mediante a emissão de 170.193.719 de novas ações ordinárias, nominativa e sem valor nominal, pelo valor de emissão de R\$0,5070 (cinquenta e setenta centavos) cada, totalizando de R\$86.288. As ações ora emitidas foram totalmente integralizadas em 08 de outubro de 2018.

Companhia ressalta que o capital subscrito a integralizar, no valor de R\$174.720 foi devidamente aportado em 03 e 04 de outubro de 2018.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 03 de dezembro de 2018, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, mediante a emissão de 118.858.742 de novas ações ordinárias, nominativa e sem valor nominal, pelo valor de emissão de R\$0,4644 (quarenta e seis e quarenta e quatro) cada, totalizando de R\$55.198 As ações ora emitidas foram totalmente integralizadas em 06 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$9.664.356 dividido em 10.000.452.329 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de titularidade integral da Madeira Energia S.A..

22. RESULTADO POR AÇÃO

A tabela a seguir estabelece o cálculo do prejuízo líquido por lote de mil ações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (em milhares, exceto valor por lote de mil ações, apresentado em reais):

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro	
	2019	2018
Prejuízo do exercício	(932.518)	(1.683.997)
Média ponderada do número de ações ordinárias	10.000.452.329	9.628.010.110
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações ordinárias (em reais)	(93,25)	(174,91)

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A seguir a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração do resultado do exercício:

Notas Explicativas

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
Fornecimento de energia à indústria	682.725	748.359
Suprimento de energia elétrica	<u>2.989.488</u>	<u>2.723.038</u>
	3.672.213	3.471.397
(-) Deduções da receita		
P & D	(31.975)	(30.056)
ICMS	(113.539)	(126.373)
PIS e COFINS	<u>(329.176)</u>	<u>(309.415)</u>
	(474.690)	(465.844)
Receita operacional líquida	<u>3.197.523</u>	<u>3.005.553</u>

Em 2019, a Companhia registrou aumento na receita operacional líquida decorrente do término das descontrações (Resolução 711) de alguns contratos do Mercado Regulado (ACRs) retomando o faturamento dos mesmos (nota explicativa nº 01(b)).

Em 31 de dezembro de 2019, a UHE Santo Antônio possui 50 unidades geradoras em operação comercial, totalizando 2.386,1 MW médios de garantia física (nota explicativa nº 01(a)).

24. GASTOS OPERACIONAIS

No exercício de 2019 a Companhia realizou a implementação do Orçamento Matricial Base Zero (OBZ). Esse projeto trouxe otimização de recursos e processos e como resultado redução nos custos operacionais e nas despesas gerais e administrativas.

a) Custos do serviço de energia elétrica

	Exercícios findos em 31 de dezembro					
	2019			2018		
	Custos dos serviços			Custos dos serviços		
	Com energia elétrica	De operação	Total	Com energia elétrica	De operação	Total
Energia de curto prazo - CCEE (i)	198.843	-	198.843	(153.607)	-	(153.607)
Energia comprada para revenda (i)	(807.223)	-	(807.223)	(378.371)	-	(378.371)
Encargos de uso e conexão (ii)	(1.037.571)	-	(1.037.571)	(998.614)	-	(998.614)
Créditos de Pis e Cofins	149.058	29.846	178.904	176.798	6.378	183.176
Outros encargos	(45.480)	(103.076)	(148.556)	(132.404)	(100.634)	(233.038)
Pessoal	-	(70.422)	(70.422)	-	(80.713)	(80.713)
Material	-	(23.387)	(23.387)	-	(21.550)	(21.550)
Serviços de terceiros	-	(109.340)	(109.340)	-	(106.123)	(106.123)
Depreciação e amortização	-	(833.495)	(833.495)	-	(853.736)	(853.736)
Outros	-	172.807	172.807	-	(18.119)	(18.119)
	<u>(1.542.373)</u>	<u>(937.067)</u>	<u>(2.479.440)</u>	<u>(1.486.198)</u>	<u>(1.174.497)</u>	<u>(2.660.695)</u>

- (i) Em 2019 a Companhia adotou a estratégia comercial de aumentar o volume de compras bilaterais a fim de mitigar a exposição energética e financeira decorrente do risco hidrológico (GSF), no ambiente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), gerando uma elevação nos custos relacionados à rubrica "Energia comprada para revenda".

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

A referida estratégia, adicionada à agressiva sazonalização realizada pelos agentes participantes do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia), que impactou o montante de energia secundária, aliada a um PLD (Preço de liquidação das diferenças) elevado, proporcionou uma posição positiva da Companhia no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) que pode ser observada na rubrica "Energia de curto prazo – CCEE".

- (ii) Encargo de uso da rede elétrica é uma obrigação decorrente do contrato firmado com o ONS (Operador Nacional do Sistema) e concessionárias de transmissão para prestação do serviço de transmissão de energia. Os valores são calculados em função da tarifa de uso de transmissão da rede básica e do montante do uso do sistema de transmissão contratado pela UHE Santo Antônio Energia.

b) Despesas gerais e administrativas

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro	
	2019	2018
Pessoal	(30.941)	(40.530)
Fees e comissões para bancos	(3.211)	(27.651)
Serviços de terceiros	(37.995)	(52.013)
Amortização	(4.941)	(2.859)
Alugueis e arrendamentos	(1.165)	(2.534)
Seguros	(11.553)	(12.834)
Tributos	(2.330)	(1.548)
Outras	(3.087)	(54.989)
	<u>(95.223)</u>	<u>(194.958)</u>

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de	
	dezembro	
	2019	2018
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	17.640	21.633
Outras receitas financeiras	19.738	14.419
Variações monetárias moeda nacional	95.601	93.232
(-) Tributos sobre receitas financeiras	<u>(1.651)</u>	<u>(1.560)</u>
	131.328	127.724
Despesas financeiras		
Juros de dívidas	(1.539.670)	(1.343.825)
Variações monetárias de dívidas	(177)	(64.172)
Variações monetárias (Uso do bem público)	(26.970)	(32.287)
Variações monetárias moeda nacional	(105.423)	(275.508)
Outras despesas financeiras	<u>(10.932)</u>	<u>(124.590)</u>
	(1.683.172)	(1.840.382)
	<u>(1.551.844)</u>	<u>(1.712.658)</u>

Notas Explicativas

26. PARTES RELACIONADAS

		Montante das transações nos exercícios findos em 31 de dezembro									
		Ativo		Passivo		Imobilizado		Receita		Despesa	
	Relação com a Companhia	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Circulante											
CEMIG Geração e Transmissão S.A	(i)	57.860	64.111	5.745	12.378	-	-	729.290	778.825	67.718	69.727
CEMIG Distribuição S.A	(ii)	-	-	-	-	-	-	357	-	42.793	43.577
Construtora Norberto Odebrecht S.A	(ii)	-	-	290	25.627	-	-	-	-	-	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A	(ii)	-	-	-	20.931	-	-	-	-	-	-
Odebrecht Serviços e Participações S.A	(ii)	-	-	-	20.931	-	-	-	-	-	-
Andrade Gutierrez Participações S.A	(ii)	-	-	-	540	-	-	-	-	18	50
Furnas Centrais Elétricas S.A	(i)	812	-	17.604	18.872	-	35	43	-	223.071	225.120
Não Circulante											
Construtora Norberto Odebrecht S.A	(ii)	-	-	32.036	31.048	-	-	-	-	-	-
		<u>58.672</u>	<u>64.111</u>	<u>55.675</u>	<u>130.327</u>	<u>-</u>	<u>35</u>	<u>729.690</u>	<u>778.825</u>	<u>333.600</u>	<u>338.474</u>

(i) Acionista da Controladora

(ii) Acionista indireto da Controladora (grupo econômico)

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

CEMIG Geração e Transmissão S.A. - A Companhia possui cinco Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVEE) no Ambiente de Contratação Livre vigentes, dos quais quatro tem a SAE como vendedora e dois como compradora de energia da CEMIG. Os prazos variam, sendo os dois mais curtos válidos até 2019 (compra e venda) e os três mais longos válidos até 2027 e 2029. Adicionalmente, a Companhia mantém com CEMIG Geração e Transmissão S.A. transações de encargos de uso da rede pelo serviço de transmissão de energia.

CEMIG Distribuição S.A. - A Companhia possui Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs, relativo à participação da CEMIG Distribuição S.A no Leilão nº 05/2007 - ANEEL, no qual foram comercializados 70% da energia assegurada da UHE Santo Antônio (nota explicativa nº 01). A Cemig Distribuição comprou da Companhia 117,8 megawatts médios com prazo de suprimento compreendido entre 31 de dezembro de 2012 a 31 de dezembro de 2041 e 15,67 megawatts médios com prazo de vigência entre 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2046. Os contratos acima expostos estão suspensos até 31 de dezembro de 2019 via Resolução ANEEL nº 711/2016.

Andrade Gutierrez Engenharia S.A. - A Companhia possui contrato para implantação da UHE Santo Antônio, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora da UHE Santo Antônio com o CCSA, do qual a Andrade Gutierrez Engenharia S.A. participou dos serviços de elaboração de projetos e de obras civis no Consórcio Santo Antônio Civil-CCSA

Andrade Gutierrez Participações S.A. - O saldo registrado refere-se a custos financeiros incorridos para que as obras da UHE Santo Antônio ocorressem conforme o cronograma previsto no Contrato de Concessão (nota explicativa nº 20 (ii)).

Construtora Norberto Odebrecht S.A. e Odebrecht Serviços e Participações S.A. - A Companhia possui contrato para implantação da UHE Santo Antônio, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora da UHE Santo Antônio com o CCSA, do qual a Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") e a Odebrecht Serviços e Participações S.A. ("OSP") participaram dos serviços de elaboração de projetos e de obras civis (Consórcio Santo Antônio Civil) e, adicionalmente, a CNO, do gerenciamento e execução dos serviços de montagem eletromecânica (nota explicativa nº 20 (ii)).

Furnas Centrais Elétricas S.A. - A Companhia possui contrato de compra e venda de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre, em que a Companhia atua como compradora de energia de Furnas Centrais Elétricas S.A. de 47,318 megawatts médios, com prazo de suprimento compreendido entre 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2027.

Adicionalmente, a Companhia mantém com Furnas Centrais Elétricas S.A. transações de encargos de uso da rede pelo serviço de transmissão de energia (nota explicativa nº12).

Remuneração dos administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
Remuneração	5.589	5.619
Participação em resultados (i)	1.913	1.620
Benefícios diretos e indiretos	316	368
Total	<u>7.818</u>	<u>7.607</u>

Notas Explicativas

- (i) Trata-se de remuneração variável correspondente ao atingimento das metas previstas no Plano de Negócios (PN) da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração, e o Programa de Ação (PA) individual pactuado entre Líderes e Liderados e aprovado pelo Diretor Presidente.

27. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A Companhia tem como único segmento de negócio a geração de energia elétrica, por meio da exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão associado, localizada no Rio Madeira, município de Porto Velho-RO, na condição de "Produtor Independente", nos termos estabelecidos pelo Contrato de Concessão. Sendo assim, a Administração da Companhia, responsável por revisar regularmente as informações financeiras, de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da empresa, não se utiliza de informação por segmento para suas análises.

28. RISCOS RELACIONADOS À CONFORMIDADE COM LEIS E REGULAMENTOS

Em face de notícias divulgadas em 2015 por alguns meios de comunicação sobre suposto envolvimento de empresas que prestaram serviços à Companhia com alegações de possíveis atividades ilegais, incluindo empresas pertencentes aos grupos econômicos de acionistas da Controladora que eram membros do CCSA, a Companhia contratou consultoria jurídica especializada externa para acompanhar e monitorar, trabalhos estes que se prolongaram até o início de 2018, a extensão dos fatos e eventuais desdobramentos de tais investigações face à Companhia.

Nesse período, além da análise de informações e documentos públicos, obtidos a partir das delações premiadas, inquéritos e investigações oficiais, referida consultoria analisou também informações e documentos internos da Companhia. Esses trabalhos concluíram não haver evidências, fatos ou indícios de envolvimento da Companhia em atos relacionados à operação ("Lava Jato").

Investigação Independente conduzida pela Companhia

Em razão da relevância do tema e da continuidade das investigações, inquéritos e processos relacionados à operação Lava-Jato, a Administração da Companhia entendeu ser adequada a continuidade e complementação dos procedimentos realizados até então pela Companhia e por seus consultores, bem como adotar novos procedimentos alinhados com as melhores práticas de "compliance" e governança corporativa.

Neste contexto, a Diretoria Executiva da Companhia deu ciência ao Conselho de Administração e este aprovou a contratação de Escritório Jurídico Independente especializado em investigações forenses para realização de investigação específica sobre os elementos acima descritos. A investigação independente foi iniciada em agosto de 2018 e concluída em fevereiro de 2019.

Para apoiar e acompanhar os trabalhos da investigação e garantir isenção e independência do Escritório Jurídico Independente contratado, a Companhia constituiu uma Comissão Independente composta pelos dois membros independentes do seu Conselho de Administração e por um profissional externo unicamente contratado para compor a Comissão, com experiência em processos investigativos. Ao final da investigação, o Escritório Jurídico Independente emitiu seu relatório final, que foi apresentado à Comissão e ao Conselho de Administração.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

O relatório final conclui que no tocante ao conteúdo de colaborações e delações premiadas tornadas de conhecimento público em maio de 2017, salvo novos desdobramentos futuros em decorrência das investigações ainda não concluídas, de acordos de leniência e/ou de termos de colaboração firmados com as autoridades brasileiras, esta investigação, realizada pelo Escritório Jurídico Independente, não encontrou evidências objetiva que permitam afirmar objetivamente, (i) suposta existência de pagamentos indevidos por parte da SAE que devam ser considerados para eventual baixa contábil, (ii) repasse ou majoração de custos para fazer frente às vantagens indevidas supostamente pagas por membros do CCSA e (iii) vinculação da Companhia aos atos supostamente praticados por seus fornecedores, nos termos das delações e colaborações tornadas públicas.

Por outro lado, a investigação conduzida identificou a necessidade da adoção de melhorias nos processos internos da Companhia e de aprimoramento do seu Código de Ética e de suas normas de conduta.

Cumprе salientar finalmente que tal investigação independente foi conduzida diligentemente pela Companhia sem que seus administradores tenham sido notificados a respeito de qualquer denúncia ou evidência concreta de fatos associados à Operação "Lava Jato" que atentem contra a Companhia ou seus administradores, até a data da aprovação dessas Demonstrações Financeiras.

Aprimoramento de processos e controles

Em razão da relevância do tema e por recomendação do relatório final da investigação, o Conselho de Administração determinou a contratação de assessoria jurídica para apoiar a Administração da Companhia no que tange aos resultados da investigação e na revisão de alguns processos internos. A Administração da Companhia está comprometida e vem adotando novos procedimentos alinhados com as melhores práticas de "compliance" e governança corporativa que já estão em fase de implementação pela sua Área de "Compliance".

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Em 21 de janeiro de 2020 a Superintendência de Regulação dos Serviços de Geração (SRG) da ANEEL emitiu a Nota Técnica nº 02/2020-SRG/ANEEL, favorável ao ressarcimento financeiro pelos custos incorridos com o Transformador Provisório 525/230 kV – 465 MVA (TF 13), a partir de quando o equipamento passou a desempenhar funções sistêmicas.

Da análise realizada pela SRG, concluiu-se que é devido à SAE o ressarcimento financeiro no valor de R\$25.074, referido a novembro de 2019, pelos custos incorridos com o TF 13, no período de dezembro de 2012 a novembro de 2019, o qual é sugerido que seja pago na contabilização da CCEE através de Encargo de Serviço do Sistema – ESS em uma única parcela.

Ademais, concluiu-se também pelo ressarcimento financeiro referente às parcelas mensais de O&M, no valor de R\$ 37, referido a novembro de 2019, no período de dezembro de 2019 até três eventos de contabilização da CCEE contados a partir da publicação do Ato que autoriza o ressarcimento à SAE, ou do Ato que autoriza a transferência do equipamento para empresa Eletrobrás Eletronorte, o que ocorrer primeiro.

Referido processo encontra-se em fase final de aprovação pela diretoria da ANEEL, com expectativa de conclusão no primeiro trimestre de 2020.

Notas Explicativas

- b) Em 07 de fevereiro de 2020, o Ministério de Minas e Energia ("MME"), por meio do Despacho Decisório nº 01/2020/SPE, restabeleceu à SAE 38,1 MW médios da garantia física, totalizando 2.424,2 MW médios que corresponde ao valor original do projeto UHE Santo Antônio (2.386,1 MW médios-em dezembro de 2019). Referido restabelecimento é decorrente da emissão, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em 04.12.2019, da retificação da Licença de Operação nº 1044/2011 – 1º Renovação – 2º Retificação, da UHE Santo Antônio, alterando a condição operativa do empreendimento.
-

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Santo Antônio Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santo Antônio Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santo Antônio Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Análise quanto a redução ao valor recuperável ("impairment") do ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos classificados pela Companhia na rubrica do imobilizado somavam o montante de R\$19.074.788 mil, conforme nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras. Tais ativos são referentes a usina hidrelétrica Santo Antônio, e considerados como uma única unidade geradora de caixa, conforme definição estabelecida pelo CPC 01 (R1)/IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A metodologia utilizada pela Companhia para a determinação do valor recuperável desta unidade geradora de caixa foi o valor em uso, que requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas subjetivas, tais como: (i) estimativa de fluxos de caixa futuros que a Companhia espera obter com a utilização de seus ativos; (ii) estimativa dos custos necessários para geração de energia, tais como "TUST", "GSF" e "FID"; e (iii) definição da taxa de desconto apropriada a esses fluxos de caixa futuros.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria pois: (i) os montantes envolvidos foram considerados materiais para nossa auditoria; (ii) há julgamento envolvido quanto a estimativa de fluxos de caixa futuros, que contempla projeção de receitas futuras, bem como custos associados a geração de energia; e (iii), há julgamento envolvido na determinação da taxa de desconto a ser aplicada a esses fluxos de caixa futuros.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes associadas com a elaboração e revisão da análise do valor recuperável desta unidade geradora de caixa; (ii) o envolvimento de nossos especialistas em valorização para nos auxiliar na avaliação da razoabilidade do modelo de avaliação, na metodologia e na taxa de desconto utilizada; (iii) a avaliação das premissas de negócio utilizadas pela Companhia, entre elas a projeção das receitas e custos de geração de energia, e de sua razoabilidade perante informações macroeconômicas e do segmento de energia; e (iv) a avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis utilizadas no seu teste, ou seja, aquelas que tem efeito mais significativo na determinação do valor recuperável desta UGC.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para sua análise de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, bem como as divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Monitoramento de cláusulas restritivas ("covenants") financeiros e não financeiros

Conforme a nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, os contratos de financiamento da Companhia contêm cláusulas restritivas ("covenants") que, no caso de não cumprimento, concede aos credores a faculdade de declarar o vencimento antecipado dos montantes exigíveis no longo prazo. Dentre as várias cláusulas, destaca-se a ocorrência de pedido de recuperação judicial de qualquer um dos intervenientes nos respectivos contratos, o que ocorreu no segundo trimestre de 2019 com as empresas intervenientes Odebrecht Participações e Investimentos S.A. ("OPI"), Odebrecht Energia do Brasil S.A. ("OEB") e Odebrecht S.A. O monitoramento de tais "covenants" foi considerado um dos principais assuntos de auditoria pois: (i) em virtude do endividamento da Companhia, os montantes relativos a tais contratos de empréstimo representam parte substancial do saldo do passivo circulante e do não circulante; (ii) o não cumprimento de tais "covenants" poderia resultar na declaração de vencimento antecipado de um ou mais contratos, o que poderia impactar de forma significativa a posição patrimonial, financeira e de liquidez da Companhia; e (iii) existe subjetividade na interpretação e aplicação de tais "covenants".

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relacionados com a análise periódica dos "covenants" financeiros e não financeiros; (ii) o entendimento dos termos contratuais que determinam tais "covenants", incluindo a repactuação das dívidas ocorridas em 2018; (iii) o teste matemático das premissas determinadas nos contratos para o cálculo de "covenants" financeiros, e verificação de seu respectivo cumprimento; (iv) procedimentos de confirmação externa e obtenção junto à Administração, de declaração dos credores (obtida antes da data do balanço) quanto ao não exercício desse direito nos próximos doze meses; e (v) a avaliação das divulgações sobre o tema nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os procedimentos adotados pela Administração, assim como

as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Investigações legais – riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 28 às demonstrações financeiras, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem suposto envolvimento de empresas que prestaram serviços à Companhia com alegações de possíveis atividades ilícitas, incluindo empresas pertencentes aos grupos econômicos de acionistas que eram membros do Consórcio Construtor Santo Antônio ("CCSA").

A Administração da Companhia contratou um escritório de advocacia forense e constituiu uma comissão de investigação independente. Ao final da investigação, o escritório de advocacia forense emitiu seu relatório em fevereiro de 2019, apresentado à Comissão de Investigação e ao Conselho de Administração, com a conclusão de que não foram identificadas evidências que corroborem as alegações preliminarmente investigadas, salvo novos desdobramentos futuros em decorrência das investigações procedidas pelo Ministério Público Federal e dos termos de colaboração firmados com as autoridades brasileiras. Adicionalmente, a Companhia contratou um escritório de advocacia com o objetivo de avaliar as eventuais implicações criminais, jurídicas e legais relativas às constatações apontadas no relatório emitido pelo escritório de advocacia forense. Em relatório emitido em julho de 2019, tal escritório de advocacia concluiu pela não existência de riscos prováveis para a Companhia.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria de 2019 em virtude dos julgamentos relevantes e das limitações inerentes, inclusive na determinação de eventual impacto da Companhia.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relacionados com a estrutura de governança existente quanto ao processo de supervisão na contratação de fornecedores; (ii) obtenção e avaliação de relatório emitido em fevereiro de 2019 por escritório de advocacia forense contratado pela Companhia para investigação de tais alegações, bem como relatório emitido em julho de 2019 por outro escritório de advocacia, com relação a eventuais implicações criminais, jurídicas e legais relativas às constatações apontadas no relatório emitido pelo escritório de advocacia forense; (iii) entendimento e acompanhamento das principais ações da Administração e dos órgãos de governança em relação a tais alegações. As interações ocorreram com o Conselho Fiscal, membros da Comissão de Investigação Independente e membros da Administração, bem como a área de "Compliance" da Companhia; (iv) acompanhamento dos desmembramentos e atualizações destas investigações, desde a emissão dos relatórios dos advogados contratados pela Companhia, conforme mencionado no item (ii); (v) procedimentos voltados para a identificação e teste documental de transações não usuais ou suspeitas; e (vi) a avaliação das divulgações sobre o tema nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, concluímos que a divulgação está consistente com as informações e representações obtidas e, dessa forma, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 21 de fevereiro de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o "Relatório da Administração".

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o "Relatório da Administração", e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o "Relatório da Administração" e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva

razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU	José Luiz Santos Vaz Sampaio
Auditores Independentes	Contador
CRC nº 2 SP 011609/O-8	CRC nº 1 BA 015640/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.
("Companhia")
CNPJ 09.391.823/0001-60
NIRE. 35.300.352.891

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, presentes em reunião realizada nesta data, na sede social da Companhia, por unanimidade, após análise das Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas, e do Relatório da Administração, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, da Companhia, e respectivos Pareceres dos Auditores Independentes, opinaram favoravelmente para o encaminhamento à Assembleia Geral de Acionistas das Demonstrações Financeiras da Companhia.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2020.

CONSELHEIROS FISCAIS:

LUIZ EDUARDO MARQUES MOREIRA LUCIANO ALVES DA CRUZ

MIRIAM APARECIDA DA SILVA PEREIRA VINICIUS ROMBOLI NARCIZO

ROBERTA DA ROCHA MIRANDA LOPES BORIO

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 6º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 5º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, CRC 2SP011609/O-8.